ÓRGÃO CENTRAL
DO
PARTIDO COMUNISTA
PORTUGUÊS

Director
António Dias Lourenço

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Ano 49 — Série VII — N.º 354
23 de Outubro de 1980

Preço: 12$50

SEMANÁRIO

Propriedade do Partido Comunista Português — Dir./Red. – R. Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 25 – Telex 18390 — Composição e impressão – Heska Portuguesa — Distribuição – *CDL*, R. Pedro Nunes, – 1000 Lisboa

O PCP e a situação política

- ***A Conferência Nacional do PCP reune na próxima terça-feira, nas instalações do Ginásio Sport Grupo Sacavenense, em Sacavém, para definir a posição do PCP face às próximas eleições presidenciais*** (Informação sobre a Conferência nas págs. 2 e 3)

- ***Desde já o PCP reafirmou a sua posição: é prioritário criar condições para derrotar Soares Carneiro, é necessário evitar divisões no campo democrático*** (Notas da Comissão Política e da SIP do PCP na pág. 2)

- ***O amplo debate sobre os resultados eleitorais que tem sido o tema de centenas de reuniões de célula e de outros organismos do Partido confirma a unidade, determinação e confiança dos comunistas face à nova situação política*** (Pág. 3)

- ***Nas fábricas, nos campos, nos escritórios, nas ruas os militantes comunistas prosseguem uma intensa acção de esclarecimento: só a Organização Regional de Lisboa distribuiu mão a mão mais de 100 000 exemplares do suplemento do Avante! contendo o documento aprovado no plenário do Comité Central de 13 e 14 de Outubro*** (Na gravura em baixo, militantes do PCP distribuem o suplemento do «Avante!» na Praça dos Restauradores. Mais informações na pág. 3)

Editorial **DERROTAR SOARES CARNEIRO TAREFA PRIORITÁRIA**

Editorial

DERROTAR SOARES CARNEIRO TAREFA PRIORITÁRIA

Ainda pouca água correu debaixo das pontes desde a realização das eleições legislativas do último dia 5. Entretanto, a dissecação dos resultados eleitorais está no fundamental e praticamente feita e uma nova batalha de excepcional importância política para os destinos do Portugal de Abril vai travar-se em 7 de Dezembro próximo futuro com as eleições para a Presidência da República.

O CC do PCP examinou na última semana e detalhadamente, como se sabe, as causas da vitória eleitoral das forças reaccionárias nas legislativas e da correspondente derrota das forças democráticas; submeteu a uma aguda crítica o trabalho e o comportamento do Partido durante a campanha eleitoral e as eleições; condensou num importante documento já trazido a público nas colunas do «Avante!» as conclusões políticas fundamentais da jornada eleitoral de 5 de Outubro; determinou as tarefas essenciais do Partido para o período imediato.

Nas decisões tomadas pelo plenário do CC e tendo em conta a importância política decisiva das eleições presidenciais de 7 de Dezembro, avultou a convocação da Conferência Nacional do Partido para a próxima terça-feira, 28, e a abertura imediata no seio da organização de um aprofundado debate acerca das formas de intervenção do Partido nas presidenciais, debate cujas conclusões últimas deverão sair da Conferência do PCP.

Em cumprimento das decisões do CC centenas de reuniões plenárias das organizações do Partido foram realizadas por todo o País e nelas participaram já dezenas de milhares de camaradas.

O que se conhece até agora dos debates em curso no seio do PCP mostra a extraordinária vitalidade de um grande partido da classe operária, a amplitude da sua democraticidade interna, a sua intrínseca unidade de pensamento e de acção, o seu enraizamento profundo nas massas populares.

Com esta sólida vanguarda de classe consciente e organizada que se tornou um grande partido de massas, os trabalhadores portugueses e com eles todos os democratas e antifascistas, todo o povo laborioso e progressista de Portugal, saberão enfrentar vitoriosamente com determinação, firmeza e confiança nas suas próprias forças os perigos, ameaças e contingências prejudiciais para a sobrevivência do 25 de Abril e das suas conquistas essenciais, oriundos da vitória eleitoral das forças reaccionárias em 5 de Outubro.

A determinação, firmeza e confiança de todos os trabalhadores, democratas e antifascistas portugueses nas próprias forças são tanto mais necessárias quanto preocupantes e perigosos para o futuro imediato da jovem democracia portuguesa são os problemas internos do PS, suscitados pela insólita atitude do seu secretário-geral, Mário Soares.

No momento em que «é indispensável conservar a serenidade e lucidez entre as forças e sectores democráticos na apreciação do actual momento político» – como é sublinhado na nota de segunda-feira à tarde da Comissão Política do PCP – os acontecimentos internos do PS fazem correr o risco de não ser atingido aquilo que é objectivo central, decisivo e prioritário das forças democráticas, dos trabalhadores e do Povo português na hora actual: a derrota do candidato reaccionário da «AD» às eleições presidenciais de Dezembro, general Soares Carneiro.

O PCP tinha alertado, antes ainda da campanha eleitoral das legislativas, para os perigos da ausência de um acordo de governo e de política entre o PS e o PCP, base indispensável de uma alternativa democrática ao governo e à política da «AD», para os perigos de divisão das forças democráticas face à reacção unida, perigos no essencial originados pela obstinada recusa ao entendimento com os comunistas da parte dos dirigentes do PS, designadamente do seu secretário-geral, Mário Soares, e ainda a recusa terminante dos socialistas a toda a cooperação e conjugação de esforços entre a FRS e a APU para derrotar a «AD» e para colocar na Assembleia da República uma maioria política democrática – um objectivo viável que galvanizaria todos os democratas e antifascistas portugueses e teria permitido obter uma possível e convincente vitória eleitoral contra as forças reaccionárias coligadas.

Ao mesmo tempo o PCP alertava para os perigos de um entendimento aberto ou tácito do PS com os partidos da direita várias vezes explicitado em palavras e em actos por alguns dos mais destacados dirigentes, designadamente o dr. Mário Soares.

A divisão das forças democráticas, habilmente aproveitada pela reacção, foi um importante factor de derrota, que, aliado ao domínio quase absoluto do aparelho e dos recursos do Estado e dos órgãos de comunicação social estatizados, garantiu às forças reaccionárias um terreno de manobra mais dilatado e um trunfo inestimável para a sua vitória eleitoral.

A dilaceração entre os dirigentes do PS deu novas esperanças à reacção para fazer eleger o seu candidato à Presidência da República – o general reaccionário Soares Carneiro.

A quem aproveita as divisões internas do PS?

As infelizes declarações do Presidente Ramalho Eanes produzidas contra a FRS na sua conferência de imprensa, em parte rectificadas na sua entrevista a «O Jornal», e a reafirmação inútil dos seus conhecidos conceitos anticomunistas não foram a causa mas despoletaram a abertura de hostilidades entre as diversas tendências no seio do PS e o transbordo para fora do partido de velhas dissenções entre quadros dirigentes.

As manifestações de regozijo da direita, pela retirada para Nafarros do secretário-geral do PS, os seus «enternecedores» elogios a Mário Soares, os interesseiros incentivos à apresentação da sua candidatura à Presidência da República – que sabem antecipadamente derrotada – o embandeiramento em arco da exaltação a Mário Soares, pela imprensa reaccionária e fascizante, o apoio que deram e estão dando os partidos da direita à concentração das «bases socialistas» no Largo do Rato no próximo sábado, mostram a quem principalmente aproveitam na hora actual as divisões e os conflitos internos no seio do PS e da sua direcção.

Sabe-se como a destruição do PS é um objectivo persistente dos partidos da direita desde o 25 de Abril. Utilizando matreiramente a política de concessões à direita dos governos PS para desacreditar os socialistas perante os trabalhadores e o povo, as forças reaccionárias e os seus principais partidos puseram de há muito em prática uma estratégia de destronamento e desarticulação do PS como partido maioritário e de governo.

Lucas Pires confessava abertamente na época que o CDS decidira coligar-se com o PS no II Governo constitucional para melhor o atacar e destruir.

Dominando – agora reforçados pelos resultados das eleições legislativas – o aparelho de Estado, os partidos da direita agarram às mãos ambas as dificuldades internas do PS para tentarem reduzir e anular as desvantagens e o desfavor popular do seu candidato Soares Carneiro, com cuja eleição contam para a total subversão das instituições democráticas e do 25 de Abril.

Ao pertinaz trabalho de sapa realizado de fora pelas forças reaccionárias para o esfacelamento do PS "mietização como costuma dizer o dr. Mário Soares" uma parte numerosa dos socialistas oferecem agora de dentro e de maneira insensata o flanco das suas graves dissenções internas em torno de um objectivo erróneo, completamente fora do seu alcance e das realidades políticas do Portugal de 80 – a hipótese absurda da eleição de Mário Soares como Presidente da República.

Um dos aspectos mais graves desta perigosa ilusão de uma parte dos socialistas é que nela convergem as tendências de esquerda mais radicalistas do seio no PS com o pior oportunismo de direita o que faz desviar da sua verdadeira madre a linha de fractura entre a democracia e a antidemocracia na actual conjuntura política portuguesa e serviria em última análise os objectivos estratégicos da reacção no diferendo que a opõe frontalmente às forças democráticas e ao 25 de Abril.

O súbito agravamento da situação política depois das eleições do dia 5 provocado pelos acontecimentos internos do PS leva água aos moinhos da reacção.

As forças reaccionárias remexem a roupa suja das dificuldades internas actuais do PS para inverterem a seu favor as coordenadas de uma situação cheia de insegurança para os seus objectivos e ambições.

A direita receia a derrota do seu candidato Soares Carneiro em Dezembro.

E com o agravamento da batalha política em torno da eleição do Presidente da República agrava-se a batalha ideológica.

Diariamente a máquina de propaganda reaccionária despeja sobre a cabeça dos portugueses menos prevenidos uma raivosa onda de calúnias, de mistificação ideológica contra as forças democráticas e em particular contra os comunistas.

Plumitivos da direita e falsos filósofos da pseudo-esquerda concentram o seu fogo sobre a força mais consequente e vigorosa da Revolução portuguesa – o PCP.

As grandes linhas de ataque da ofensiva ideológica dos inimigos do PCP assentam em dois postulados: o PCP foi o grande derrotado das eleições de 5 de Outubro; o PCP é um grupo stalinista, fechado sobre si próprio, desligado das realidades.

«O PCP sofreu um profundo e significativo desaire» – proclama o sr. Ribeiro e Castro, do CDS.

«O Partido Comunista tem o seu nome associado à instabilidade do período «gonçalvista» e à intolerância dita revolucionária que então se propagou» – diz o pseudofilósofo Eduardo Prado Coelho, que acrescenta do alto da sua imensa sabedoria: «uma política de esquerda não se pode fazer com o Partido Comunista».

Outros perguntam com o ar mais sério deste mundo quando se faz a remodelação do PCP ou quando é que o PCP abraça o «eurocomunismo»...

Nesta ofensiva ideológica contra os comunistas portugueses encontram-se os inimigos de todos os quadrantes a quem incomoda a força organizada, a unidade política e a coesão ideológica do PCP, o seu papel insubstituível na defesa do regime democrático, das instituições e da legalidade democráticas, das conquistas fundamentais do 25 de Abril.

Num golpe de varinha de condão transformam um milhão de portugueses que em condições extraordinariamente adversas deram o seu voto e a sua confiança ao grande Partido da classe operária portuguesa num grupinho isolado das massas.

A realidade traz a estes filósofos de algibeira um desmentido categórico. Armados com a sua fidelidade aos princípios e com a sua rica experiência política os comunistas portugueses lançam-se ardorosamente ao trabalho, à rápida superação dos obstáculos e dificuldades, reforçam na luta a ligação diária com as massas populares.

O Comité Central pôs como tarefa prática imediata o reforço do trabalho ideológico na base de um «esclarecimento mais fundamentado da política e das posições do Partido, o desmascaramento da ideologia, da política e da prática do fascismo, o esclarecimento do conteúdo de classe e dos objectivos da social-democracia e das correntes pseudo-revolucionárias, uma resposta mais pronta à ofensiva anticomunista nas suas novas expressões, incluindo a pressão ideológica da reacção e do reformismo, no sentido da marginalização do PCP pela invocada razão de se não converter ao chamado «eurocomunismo».

Na próxima batalha eleitoral para a Presidência da República o PCP, com a força, a segurança e a serenidade que caracterizam a sua intervenção na vida política portuguesa, apontará na Conferência Nacional de terça-feira próxima o caminho e as soluções justas para a sua participação responsável numa luta que poderá decidir por largos anos dos destinos do País.

Como um só homem, todo o Partido se lançará na tarefa central, decisiva e prioritária das forças democráticas, dos trabalhadores e do Povo português no momento actual: derrotar o candidato reaccionário da «AD», Soares Carneiro.

Avante!
Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: *Partido Comunista Português*. Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699 Lisboa CODEX. Tel. 768345.
ADMINISTRAÇÃO: *Editorial Avante, SARL*. Av. Santos Dumont, 57-3.º Dt.º – 1000 Lisboa. Tel. 769744/769751.

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699 Lisboa-CODEX. Tel. 769725/769722.

DISTRIBUIÇÃO:
CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL. Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57-2.º Dt.º – 1000 Lisboa. Tel. 779828/779825.
Centro Distribuidor de Lisboa: Av. Santos Dumont, 57-C/v – 1000 Lisboa. Tel. 769705. (Abrange os distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal).
Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 – 1200 Lisboa. Tel. 372238.
Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 578 – 4000 Porto. Tel. 28938.
Casa da Venda: R. do Almada, 18-2.º Esq – 4000 Porto. Tel. 310441.
Centro Distribuidor do Centro: Rua 1.º de Maio 186, Pedrulha – 3000 Coimbra. Tel. 31286.
Centro Distribuidor do Alentejo: Alcarcova de Baixo, 13 – 7000 Évora. Tel. 26361.
Centro Distribuidor do Algarve: Rua 1.º de Dezembro, 23 – 8000 Faro. Tel. 24417.
ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq.º – 1000 Lisboa. Tel. 779828.

PUBLICIDADE CENTRAL: Av. Santos Dumont, 63-A – 1000 Lisboa. Tel. 776936/776750. *Porto*: Rua do Almada, 18-2.º Esq.º – 4000 Porto. Tel. 381067.
EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 – Venda Nova – 2700 Amadora. Tel. 900044.
Composto e impresso na Heska Portuguesa R. Elias Garcia, 27 – Venda Nova – 2700 Amadora.

Tiragem média no mês de Setembro: 63 200

CONFERÊNCIA

1. Horário

A Conferência Nacional do PCP realiza-se, na próxima terça-feira, dia 28 de Outubro. Com início às 14 e 30, os trabalhos prolongar-se-ão até às 20 horas desse mesmo dia.
O debate já feito a nível das diferentes organizações do PCP sobre o recente documento do Comité Central, o facto de se realizar num dia de semana, portanto num dia de trabalho normal, e ainda o facto de na Conferência se discutir apenas um ponto único, explicam o horário estabelecido.

2. No Ginásio do Sacavenense

A Conferência Nacional do PCP decorrerá nas instalações do Ginásio Sport Grupo Sacavenense, em Sacavém. Localizado junto à estrada de Moscavide para Sacavém, junto à fábrica de tintas Dyrup, são os seguintes os acessos ao local da Conferência Nacional: quem utilizar o comboio deve apear-se na estação de Sacavém; para quem utilizar a camioneta existem carreiras que partem regularmente de Entrecampos e Areeiro (em Lisboa) e Moscavide (junto aos autocarros), que passam pelo referido local.

3. Ordem de trabalhos

Da ordem de trabalhos da Conferência constará um ponto único apontado aliás nas resoluções da última reunião plenária do Comité Central do PCP. Na referida reunião, salientava-se no capítulo do documento aprovado referente às eleições presidenciais que o Comité Central decidira convocar uma Conferência Nacional do PCP a fim de se determinar a atitude do Partido

Nota da Comissão Política
É necessário evitar divisões no campo democrático

1. Alguns acontecimentos recentes, designadamente a decisão do secretário-geral do PS de suspender a sua actividade partidária até às eleições presidenciais, tomada na sequência da reafirmação pela Comissão Nacional do PS do apoio ao candidato general Ramalho Eanes, têm vindo a provocar uma certa perturbação entre forças e sectores democráticos, afectando a serenidade e lucidez que é indispensável conservar na apreciação do actual momento político.

2. Pelo seu lado, o PCP, de acordo com a orientação definida pelo Comité Central em 13 e 14 de Outubro, considera oportuno reafirmar, neste preciso momento, que **o objectivo central, decisivo e prioritário das forças democráticas, dos trabalhadores e do povo português, continua a ser o de derrotar o candidato da «AD», general Soares Carneiro.** Apesar dos acontecimentos mais recentes introduzirem novas dificuldades numa situação já muito complexa, continuam a existir condições reais para se atingir esse objectivo que corresponde à necessidade da defesa do regime democrático e aos sentimentos da maioria do povo português.
Será neste quadro de confiança, determinação e sentido das suas responsabilidades nacionais que o PCP definirá a sua posição sobre as eleições presidenciais na Conferência Nacional já anunciada.

3. O regozijo com que as forças reaccionárias estão festejando e encorajando a expressão de dificuldades e tensões entre sectores democráticos mostra bem que a «AD» aposta na desorientação dos democratas portugueses, procurando animar a divisão entre as forças democráticas e no interior de algumas delas para facilitar o caminho ao candidato da reacção, general Soares Carneiro.

Os resultados das eleições legislativas demonstram claramente a necessidade de evitar divisões no campo democrático, a exigência de uma grande concentração de esforços para que os democratas portugueses, apesar das condições difíceis e complexas, possam travar com êxito a próxima grande batalha em defesa da liberdade e do regime democrático.

Lisboa, 20 de Outubro de 1980

A COMISSÃO POLÍTICA DO COMITÉ CENTRAL DO PCP

A conferência de Imprensa do Presidente da República

Correspondendo a diversas solicitações de órgãos de informação, a SIP do PCP emitiu no passado dia 15 o seguinte comentário às declarações proferidas na véspera pelo Presidente da República:

1. As declarações do Presidente da República, ontem produzidas durante a sua conferência de Imprensa, traduzem uma avaliação da situação política actual que, na opinião do PCP, não se ajustam à real gravidade e aos sérios perigos para a democracia emergentes da consolidação na Assembleia da República e no Governo dos partidos da AD.

2 Com efeito, com as posições adquiridas na sequência dos resultados eleitorais de 5 de Outubro, os partidos da AD asseguraram melhores condições para a intensificação e desenvolvimento do seu verdadeiro projecto de subversão e posterior liquidação do regime democrático e constitucional.

3. As declarações do Presidente da República, por outro lado, confirmam notórias e já conhecidas diferenças de opinião e divergências entre as suas posições e as do PCP, designadamente em aspectos tão importantes como a apreciação das diversas forças políticas e dos seus objectivos, sobre as forças políticas e sociais cuja congregação é essencial à defesa do regime de liberdade conquistado pelo 25 de Abril e à solução dos problemas nacionais, sobre o projecto de sociedade que melhor pode corresponder à satisfação dos interesses nacionais e das aspirações de liberdade, progresso social, igualdade e independência nacional que são comuns à maioria dos portugueses.

4. Assumem naturalmente um positivo significado as declarações do Presidente da República no sentido da necessidade de ser garantido o quadro democrático e o respeito pela legalidade democrática como forma de contrariar as ambições totalitárias e ditatoriais que, no entender do PCP, têm estado bem patentes na actuação passada, presente e sem dúvida futura dos partidos da «AD».

5. No momento actual, é particularmente importante que todos quantos desejem sinceramente contribuir para a defesa e consolidação da democracia não substimem os reais perigos que a «AD» faz pesar sobre a democracia e não esqueçam que é nas forças democráticas que estão as energias, a fidelidade e a perseverança indispensáveis para que os portugueses possam impedir o regresso ao passado e manter Portugal no caminho da liberdade e da esperança, no caminho do 25 de Abril, dos seus ideais e conquistas.

NACIONAL DO PCP

em relação às eleições presidenciais.
Salienta-se, mesmo, no documento, que na situação criada pelos resultados das eleições legislativas, **as eleições presidenciais adquirem ainda maior importância como uma nova batalha política em que pode consumar-se ou derrotar-se o plano de conquista do poder político pelos partidos reaccionários, representantes do grande capital monopolista, dos latifundiários, do imperialismo.**
Por isso mesmo, o documento acrescenta que o **Comité Central determinará as formas e métodos de intervir nas eleições presidenciais tendo como preocupação básica contribuir com eficiência para esse objectivo.**

4. Preparação

Apesar de, naturalmente, o tempo ser escasso, isto não tem impedido as organizações de desenvolverem bem sucedidos esforços para a preparação dos trabalhos. Como salientamos noutro local desta mesma página, tem sido intensa a actividade entre as células e sectores, as diferentes organizações do Partido promovem a discussão das questões que irão ser debatidas na Conferência Nacional.
Na verdade, importa trazer à Conferência as diferentes opiniões que por todo o país, a nível das diferentes organizações do PCP, se fazem sentir perante este importante problema que é a eleição presidencial. Quantas mais forem as contribuições melhor se poderá apreciar o problema e decidir a resolução a tomar.
A importância da preparação da Conferência Nacional é tanto maior quanto se torna necessário, desde já, preparar as diferentes organizações do PCP para a aplicação do que no encontro for decidido.
As eleições presidenciais constituem uma importante batalha para a defesa da democracia portuguesa. Não será a única, nem a última batalha, pois a luta de massas continua a ser uma forma determinante da luta social e política e a organização continua a ser um instrumento e uma força essenciais do movimento operário popular e democrático. Mas porque a defesa da democracia portuguesa também passa pelo travar desta batalha que é a eleição presidencial, os comunistas e todos os democratas manifestarão todo o empenhamento para que as intenções da direita reaccionária não possam triunfar.

A imprensa em geral pouco falou das conclusões da reunião do Comité Central. Mas os democratas, os trabalhadores, esperavam-nas. Por isso o extraordinário êxito da distribuição dos muitos milhares de separatas do «Avante!» que reproduziam essas conclusões. Só em Lisboa, na semana passada, mais de 50 000 exemplares foram distribuídos, tendo funcionado cerca de duas dezenas de bancas em toda a cidade

Amplo debate em todo o Partido das conclusões apontadas pelo Comité Central no decorrer do seu último plenário

Pelos dados de que já podemos dispor – e passaram poucos dias após a divulgação do documento saído da reunião do Comité Central do PCP – em todo o País se têm realizado reuniões com a participação não apenas de militantes comunistas mas também de simpatizantes e, em sessões de esclarecimento, de outros democratas para os quais a posição do Partido Comunista conta para o debate democrático que se seguiu aos resultados eleitorais de 5 de Outubro e para o colocar de soluções apontando para a derrota do candidato que a direita pretende eleger nas presidenciais.

A participação numerosa, a quantidade e a qualidade das intervenções registadas, a concordância quanto à generalidade das conclusões saídas da reunião do Comité Central do PCP, as achegas trazidas à discussão pela experiência diversificada dos militantes e simpatizantes,a preocupação face às próximas eleições e as soluções avançadas no sentido de uma vitória democrática em 7 de Dezembro e, ainda, a expectativa que a Conferência Nacional convocada pelo PCP provoca, foram, têm sido, os traços marcantes da ampla discussão que muitos milhares de comunistas e outros democratas têm travado à volta dos temas propostos pelas conclusões do CC do Partido Comunista Português.

Um documento importante e muito solicitado

Partindo de uma vasta divulgação do documento do CC, não apenas através da venda regular do "Avante!" mas também das separatas que não puderam chegar a todo o lado onde eram esperadas com natural ansiedade, as conclusões da direcção do Partido interessaram fortemente a organização do PCP e os trabalhadores directamente influenciados por ela, apesar da cortina de silêncio artificialmente fabricada em torno da reunião do Comité Central.

Prosseguindo uma fase de auscultação, logo a seguir às eleições do dia 5, a qual contribuiu para as análises produzidas no CC, o Partido desenvolveu depois, em todo o País, a divulgação do documento – mais de 50 mil exemplares distribuídos em Lisboa, muitas dezenas de milhar, excedendo as expectativas, no resto do território nacional –, que depois serviria da base a um amplo debate que continua ainda e que vai certamente encontrar na Conferência Nacional o seu ponto culminante.

Do **Minho**, onde um conjunto de reuniões se realizaram no passado fim de semana, envolvendo muitos concelhos Guimarães, Viana do Castelo, Barcelos, Monção, Riba de Ave e outros – nos quais a discussão se alargou a muitos democratas não militantes do Partido, ao **Algarve** onde, apesar de não ter chegado a separata por dificuldades de distribuição, se realizaram também muitos plenários e reuniões, a discussão do documento, pode dizer-se, mobilizou e dinamizou a atenção dos militantes e dos simpatizantes.

Grande preocupação

Na região algarvia, como de resto em todo o País, manifestou-se uma grande preocupação nos debates havidos – plenários gerais abertos a militantes e simpatizantes nos concelhos de Faro, Portimão, Lagos, Silves, Messines, Monchique, Vila Real de Santo António, Loulé, Albufeira e São Brás, estando ainda planeados outros nos restantes concelhos –, preocupação ligada não apenas aos resultantes das eleições passadas como aos problemas recentemente agravados que se colocam aos democratas no que toca ao encontrar de soluções para derrotar Soares Carneiro nas presidenciais. Nos comentários e intervenções registados verificou-se que não são apenas os comunistas e os seus aliados mais próximos a manifestar preocupações, mas também muitos socialistas, aos quais os últimos acontecimentos havidos no seu partido atingem particularmente.

Na região do **Porto**, além das reuniões normais dos organismos do PCP, realizaram-se cerca de 180 reuniões com uma participação de cerca de quatro mil camaradas para discussão e análise dos resultados eleitorais, do documento aprovado na reunião do CC e das perspectivas para as presidenciais – 19 no Comité Local do Porto, 11 no Comité dos Metalúrgicos, 7 no Comité Têxtil, 7 no Sector Intelectual, 6 no Comité dos Grandes Serviços, 20 nos organismos interconcelhios do Porto, 8 em Valongo, 31 em Gaia, 21 em Gondomar, 7 em Matosinhos, 22 na Maia.

Destacaram-se especialmente, pela participação, o plenário do Comité Local do Porto, com 350 presenças, os dois realizados pelo Sector Intelectual com 200 e 300 presenças, os plenários dos Comités dos Metalúrgicos e dos Têxteis, as reuniões em todos os concelhos do interior – concelhias, de freguesia e de células de empresa.

Na **Beira Interior**, onde também as reuniões se destacaram tanto pelo número de presenças como pelas intervenções, regista-se uma grande expectativa à volta da próxima realização da Conferência, assim como um grande interesse em continuar o debate, que já teve lugar nos concelhos de Castelo Branco, Idanha-a-Nova, Vila Velha de Ródão, Covilhã, Tortesendo, Manteigas, Fundão, Seia e Pinhel.Também nesta região se afirma o acordo com a justeza da análise do CC quanto às eleições legislativas, manifestando-se preocupações quanto à melhor forma a encarar para a derrota da "AD" nas presidenciais. Considera-se, aqui como noutras regiões, altamente esclarecedor para os militantes e democratas o teor do documento que resultou da reunião do Comité Central.

Na **Beira Litoral** também se manifesta o acordo, na generalidade, com as conclusões do documento do CC, independentemente de algumas conclusões saídas da análise de factores sectoriais considerados nas reuniões havidas. A actividade intensa revelada na discussão e no debate e a combatividade dos participantes merecem o destaque dos responsáveis da organização. No distrito de Coimbra já houve reuniões em todos os concelhos e principais sectores, cerca de 70 reuniões com a participação global de cerca de 800 camaradas. Em Aveiro, distrito onde continuam as reuniões e os plenários alargados a não militantes e se prevêm mais, já foram realizados nos concelhos de Águeda, Aveiro, Ovar, Espinho, Feira, Estarreja e também com activistas sindicais do distrito. Em Viseu já se realizaram reuniões em S. Pedro do Sul, Vouzela, Oliveira de Frades, Castro Daire, Tondela, Mortágua, Lamego, Armamar, Cinfães, Moimenta, Pesqueira e Tarouca.

Com um total de participantes superior a 1600, já se realizaram entretanto, reuniões em várias localidades do distrito de **Santarém**, onde também era de concordância a opinião geral dos militantes quanto às conclusões apontadas no documento do Comité Central.

Largas dezenas de reuniões, com muitas centenas de participantes, era o balanço feito no **Alentejo** no princípio da semana. A discussão, que vai continuar, tem manifestado na globalidade a concordância com a análise da direcção do Partido, enriquecendo-a, aqui e além, com o apontar de causas locais que influiram nos resultados de 5 de Outubro, propondo também alguns militantes, à discussão e à reflexão, algumas soluções que se enquadram na preocupação geral de derrotar nas presidenciais o candidato da aliança reaccionária.

Mobilização

Mais de uma centena de reuniões, mais de quatro milhares de participantes, tal é o balanço que no princípio da semana se fazia na região de **Setúbal**, no que repeita à mobilização registada à volta da discussão do documento, salientando-se mesmo o reactivar de alguns organismos que ultimamente se consideravam menos activos. Para além do funcionamento normal da organização, que não está alheia à discussão de que falamos, os debates expressamente convocados provam o interesse redobrado dos comunistas que se verificou em todos os concelhos do distrito, a par da grande confiança demonstrada no Partido e nas forças democráticas e da forte determinação em trabalhar para derrotar a direita.

No seguimento de debates com mais de seis mil camaradas no distrito de **Lisboa**, após as eleições e antes da reunião do CC, contam-se já cerca de 7 mil participantes nas reuniões para discussão do documento aprovado, o qual, recordamos, foi distribuído amplamente na região. Na cidade de Lisboa funcionaram na quinta-feira passada cerca de duas dezenas de bancas expressamente para a distribuição.

Para além das reuniões de militantes, já foram, no distrito de Lisboa, realizadas sessões de esclarecimento e estão outras marcadas, esperando-se que a larga participação registada se alargue ainda mais. O grande número de intervenientes nos debates, anuncia uma boa contribuição para que a Conferência Nacional do Partido possa indicar aos democratas objectivos ainda mais fundamentados e mobilizadores.

Cortina de silêncio para esconder aos democratas o pensamento dos comunistas

Como muitas vezes sucede, a importância do documento saído da última reunião da Comité Central não pode ser medida pela divulgação que mereceu da maioria dos órgãos de comunicação social – dos que defendem a democracia aos que tudo fazem para enfraquecê-la. Com efeito, a maioria da imprensa, limitando-se a noticiar a conferência de imprensa do PCP e a pôr a tónica sobre um ou outro aspecto parcelar da análise que a direcção do Partido ali revelou às últimas eleições e aos seus resultados, mais não disse sobre a importante peça política colocada não apenas à reflexão dos militantes mas também aos democratas em geral.

As resistências a uma visão clara da nova situação política saída das eleições de 5 de Outubro não se revelam porém apenas no campo da direita.
O "desgosto político", sofrido após a obtenção de um reforço parlamentar da maioria reaccionária, levou alguns comentaristas a cair no erro comum aos que costumam, após tomarem desejos por realidades e face a resultados negativos, procurar alívio na culpabilização daqueles em nomes, procurando que as massas, em cada batalha política, melhor armadas fiquem para compreendê-la e aprenderem com os seus resultados, então o PCP conseguiria tudo – a unidade que sempre defendeu com os socialistas e a neutralização do divisionismo fomentado pelos esquerdistas.

O jogo dos candidatos

A atitude oportunista dos candidatos "esquerdistas", com relevo para Aires Rodrigues e para Otelo tem, por outro lado, merecido um tratamento que procura fazer diluir a importância da posição dos comunistas face às eleições presidenciais e que é a de congregar todos os esforços dos democratas com vista a derrotar o candidato da "AD". Os sectores esquerdistas demonstraram nada terem aprendido com os resultados de 5 de Outubro e de novo se lançam na promoção de candidaturas que poderão mesmo pôr em perigo, enfraquecendo um eventual candidato apoiado pelas forças democráticas, os resultados das próximas eleições presidenciais. Quando Otelo afirma nos jornais estar convencido de que vai ter os mesmos votos que em 1976, que quer ele dizer senão que concorre para perder e para dividir os votos da democracia? Quando Aires Rodrigues mete no mesmo saco o actual Presidente da República e o candidato do fascismo, apresentando-se ao mesmo tempo como o paladino da unidade entre o PS e o PCP, que atitude toma, afinal, senão tentar impedir a concretização de um possível entendimento entre todos os democratas no apoio a um candidato que possa, na verdade, derrotar as pretensões que a direita tem a entrar em Belém? Que significado podem ter, entretanto, os coincidentes aplausos de sectores esquerdistas e de toda a direita, à tomada de posição, ainda pouco explicada, do secretário geral do Partido Socialista que, por enquanto, apenas conseguiu abrir uma crise no seio do PS?

Disfarces

A questão dos candidatos, agora realmente no centro de uma batalha de grave importância na vida nacional, foi utilizada na campanha para as legislativas, e mesmo antes, para minimizar o carácter decisivo das mesmas – decidia-se uma maioria na Assembleia e a formação de um Governo. E hoje, enquanto a direita faz a promoção do seu candidato explorando habilmente a dispersão do campo democrático, os jornais e outros orgãos de comunicação que lhes são afectos, continuam a política de silenciamento da voz dos comunistas, dando entretanto honras de primeira página às vozes discordantes que se levantam na área antifascista.
O silêncio feito à roda do documento do Comité Central, com excepção feita a alguns aspectos autocríticos na apreciação da campanha – e que alguns gostariam que soassem a arrependimento e contrição a puxar para a alteração de toda a estratégia do PCP –, é o silêncio de quem não suporta uma análise política séria na perspectiva dos interesses da democracia e do nosso povo, na perspectiva do futuro. Enquanto alguns se empenham em novas campanhas de calúnias contra o PCP, descendo ao caixote do lixo da História para fazer a "prova" dos defeitos da política e dos dirigentes comunistas, da sua ideologia e da sua actuação, outros preferem o método "Proença de Carvalho", o melífluo homem de mão da "AD" no mais poderoso meio de comunicação social – a RTP. Preferem o silêncio puro e simples à volta das posições dos comunistas.

Mas o interesse que o documento do Comité Central suscita, o vivo debate que tem levantado, não apenas entre os militantes do Partido mas entre os muitos que ocorrem a lê-lo e que têm participado em reuniões promovidas pela organização, o acordo global que reuniões e debates provaram haver entre as posições do CC e milhares e milhares de activistas democratas, mostram a importância da análise do PCP e o seu impacto junto dos trabalhadores que, participando, querem não só conhecer a realidade política que vivemos, mas transformá-la.

Semana

15 Quarta-feira

1739 – Morre o poeta e dramaturgo António José da Silva (O Judeu), nas fogueiras da Inquisição. Tinha 35 anos de idade.

Portugal empata a zero golos com a Escócia, no primeiro jogo da fase de apuramento para o campeonato do mundo de futebol; a partida disputou-se em Glasgow, na Escócia ■ Os trabalhadores gráficos do "Correio do Minho", que é património do Estado, entram em greve às 24 horas de hoje, reivindicando o pagamento dos salários em atraso desde Agosto (inclusive); a greve manter-se-á até ao próximo domingo com a solidariedade dos trabalhadores dos restantes sectores, a menos que a Secretaria de Estado da Comunicação Social venha até lá a propor a resolução do problema ■ Inicia-se em Lisboa a contagem dos votos dos círculos da emigração.

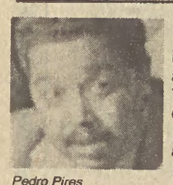
16 Quinta-feira

1979 – Segundo dados da OCDE, a taxa de inflação em Portugal foi a terceira mais elevada dos 24 países desta Organização.

O Presidente da República, general Ramalho Eanes, inicia contactos com os partidos políticos com expressão parlamentar, tendo em vista a marcação da data das eleições presidenciais ■ Conclui-se o apuramento dos votos dos emigrantes, tendo a AD conquistado mais três lugares na AR e tendo o PS obtido o quarto mandato; de registar, como facto novo, a subida apreciável da APU, sobretudo na Europa, onde ultrapassou os 15% ■ Promovida pela Comissão de Desarmamento do Conselho Português para a Paz e Cooperação (CPPC) é inaugurada na Sociedade Nacional de Belas-Artes, em Lisboa, a Quinzena da Cultura e da Paz ■ O presidente da Comissão de Gestão da Companhia Portuguesa de Pescas (CPP), Carlos Manuel Casquinho, revela à ANOP que Portugal e a Mauritânia constituíram recentemente uma sociedade mista de pescas; desconhecem-se, por enquanto, as condições do acordo assinado ■ Em nota do seu gabinete de imprensa, o Ministério do Trabalho revela que concedeu cerca de 300 mil contos de subsídios a empresas durante a campanha eleitoral, em Setembro; os subsídios, segundo o MT, destinaram-se a "manter e criar postos de trabalho" e a "auxiliar empresas atingidas por catástrofes ou em situação económica difícil" ■ É publicado no "Diário da República" o acordo de saneamento económico-financeiro celebrado entre o Estado e a TAP em meados de Setembro; o acordo fixa as obrigações do Estado e da empresa para que seja conseguido, num prazo de quatro anos, o equilíbrio da transportadora aérea nacional.

17 Sexta-feira

1977 – Chega a Lisboa o Presidente Tito para uma visita oficial de quatro dias ao nosso país.



Pedro Pires

O Presidente da República, general Ramalho Eanes, assina um decreto marcando as eleições presidenciais para o próximo dia 7 de Dezembro ■ O Secretariado das UCPs e Cooperativas Agrícolas do distrito de Beja promove um plenário que contou com a participação de cerca de 250 trabalhadores de 70 unidades colectivas e onde foi manifestada a disposição unânime em prosseguir a luta pela Reforma Agrária e levar avante uma boa campanha de sementeiras ■ É anunciado que Adelino da Palma Carlos, que presidiu ao I Governo Provisório, é o mandatário nacional da candidatura à Presidência da República do general Ramalho Eanes ■ Chega ao nosso país, para uma visita particular de três dias, o primeiro-ministro de Cabo Verde, Pedro Pires ■ Em comunicado onde explica as razões por que foi desconvocada a greve na RTP, o Sindicato dos Trabalhadores das Telecomunicações considera nomeadamente que os gestores colocados pela AD na RTP "apresentam-se e agem como marginais da sociedade democrática não respeitando as leis, nem os cidadãos, sejam os trabalhadores da empresa, sejam os utentes e contribuintes do serviço que esta empresa pública devia prestar à comunidade".

18 Sábado

1910 – São abolidos os títulos nobiliárquicos em Portugal.

Os Conselhos Nacionais do PPD/PSD, CDS, UEDS e UDP e a Comissão Nacional do PS (órgãos partidários mais importantes entre Congressos) reúnem este fim-de-semana para apreciar os resultados das legislativas e analisar as perspectivas eleitorais para as presidenciais ■ Dois grandes espectáculos em Lisboa e outras iniciativas em vários pontos do país assinalam o 10.º aniversário da CGTP-IN, cujas comemorações têm decorrido desde o dia 1 de Outubro ■ Quatro assaltantes armados matam um guarda bancário e fogem com 320 mil dólares americanos em dinheiro do maior casino de Macau ■ Os órgãos de direcção da CGTP-IN, que procederam durante dois dias a uma análise da situação político-sindical, aprovam um conjunto de medidas com vista a melhorar o trabalho de direcção e acção do movimento sindical.

19 Domingo

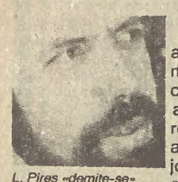
1889 – Morre o rei D. Luís.

Mário Soares

A Comissão Nacional do Partido Socialista, reunida durante o fim-de-semana na sede do Largo do Rato em Lisboa, decide reafirmar o apoio do PS à recandidatura presidencial do general Ramalho Eanes, contrariando a posição expressa pelo secretário-geral, Mário Soares, o qual, em sequência, decidiu suspender a sua actividade partidária até às eleições presidenciais ■ O Conselho Nacional do PPD/PSD afirma rejeitar "a tentativa de aproximação do candidato general Ramalho Eanes ao projecto político da AD" ■ A Federação Nacional dos Sindicatos da Indústria da Hotelaria e Turismo realiza um plenário onde, após análise da actual situação política, foram traçadas as perspectivas de actuação dos dirigentes sindicais e trabalhadores do sector.

20 Segunda-feira

1570 – Morre o historiador João de Barros.



L. Pires «demite-se»

Proença de Carvalho decide suspender a informação da RTP-2 durante o mês, pelo menos, para "reestruturação"; estas medidas constam de uma ordem de serviço na qual, a pretexto de uma reorganização das redacções dos dois canais da RTP se prevê, ainda, a criação de uma nova "prateleira" para jornalistas incómodos, um chamado "centro especializado no tratamento das grandes questões da civilização" ■ Em reunião da sua comissão coordenadora, a Frente Republicana e Socialista decide manter o seu apoio à recandidatura do general Ramalho Eanes ■ O "Diário da República" publica a resolução do Conselho da Revolução que confirma o tenente-coronel Melo Antunes no cargo de presidente da Comissão Constitucional ■ A Juventude Socialista reafirma o seu apoio à recandidatura do general Ramalho Eanes e considera "um dever de todos os jovens democratas e socialistas empenharem-se na derrota do candidato da AD". O vice-presidente do CDS Lucas Pires, demite-se das funções de coordenador-geral da AD.

21 Terça-feira

1969 – O Ministério do Interior fascista divulga uma nota onde pretende fazer crer que, ao contrário do que dizia a Oposição, "quase" não havia presos políticos em Portugal.

O ministro do Trabalho, Marques de Carvalho, chama ao seu gabinete a tentativa de resolução do conflito entre o Sindicato dos Jornalistas e as entidades governamentais e patronais, por se considerar contrário a uma "solução administrativa do conflito" ■ Na sequência dos últimos acontecimentos no seio do PS a Comissão Política do CC do PCP, em comunicado, adverte para o facto de a AD apostar na desorientação dos democratas portugueses, procurando animar a divisão entre as forças democráticas e no interior de algumas delas, para facilitar o caminho ao candidato da reacção, general Soares Carneiro.

Alentejo: os resultados eleitorais e a organização do Partido

● Entrevista com o camarada António Gervásio

Ao Alentejo está indissociavelmente ligada a Reforma Agrária. Por isso, tudo o que na região se passa a nível político e social ganha de imediato uma especial acuidade. Ao camarada António Gervásio, membro da Comissão Política do CC do PCP, a Redacção do «Avante!» colocou algumas questões – não propriamente sobre a Reforma Agrária, de que proximamente falaremos com mais detalhe – mas acerca de outros importantes problemas relacionados com as recentes eleições.

Deslocação das classes médias

«Avante!» – **Os resultados das eleições legislativas de 5 de Outubro terão causado uma certa surpresa, nomeadamente na zona de intervenção da Reforma Agrária, onde a APU tinha vindo naturalmente a reforçar-se. Como se explica a descida de votação na APU e os resultados obtidos pela «AD»?**

António Gervásio – Os resultados eleitorais no Alentejo enquadram-se na tendência geral do país: baixa moderada da APU e portanto do PCP. No entanto, no Alentejo não se verificaram grandes alterações. No que diz respeito ao distrito de Évora, onde estive mais integrado, a «AD» apregoava que nos ia tirar um deputado. Mas não tirou, mantivemos o mesmo número de deputados. Nos 14 concelhos do distrito ganhámos em 12. Em Estremoz não ganhámos por uma diferença de 8 votos mas ganhou a FRS, e em Mourão, que era da «AD», perdemos por uma diferença de 24 votos.

Quanto ao distrito de Beja, a baixa foi um pouco mais acentuada mas ganhámos em todos os concelhos com excepção de Almodovar onde continuou à frente a FRS. Em Portalegre, a situação foi já diferente; ganhámos apenas em três concelhos: Avis, Ponte de Sor e Campo Maior.

Nos distritos de Évora e Portalegre verificou-se que a FRS subiu à nossa custa. Com a questão do voto útil e a falsa filosofia da Frente acerca da maioria absoluta, foram arrastadas tranjas do eleitorado. Ainda em Évora, à subida da «AD» não terá sido indiferente a nítida deslocação de votos do PDC para a coligação governamental. Neste distrito, a UDP sofreu uma grande derrota, perdendo cerca de 30% do seu eleitorado a favor particularmente do POUS e do Partido Trabalhista. Aos grupos esquerdistas terão ido parar alguns votos enganados num caso – MRPP e PSR – pela utilização da foice e do martelo e, no caso do POUS, pela semelhança do seu símbolo com o do PS.

No distrito de Beja, a situação é particular. A FRS, tal como a APU, desce por todo o lado a favor da «AD».

Estes números necessitam de ser atentamente estudados mas integram-se no quadro geral do país: houve uma deslocação das classes médias para a «AD» e verificamos que isto se observa – e portanto a nossa descida – particularmente nas freguesias urbanas.

Pequeno campesinato, quase sem deslocações

«Avante!» – **Será que com a demagogia do Governo da «AD» oferecendo terras – ainda que sem títulos de propriedade nem qualquer outra garantia –, o pequeno campesinato não se terá igualmente deslocado em parte para a votação na «AD»?**

António Gervásio – É uma pergunta que se nos colocou. E por isso fomos analisar os resultados nas mesas das zonas com maior implantação do pequeno campesinato e verificámos que não. Verificámos que em muitos sítios foi a APU que ganhou; em Nossa Senhora de Machede, em Foros de Vendas Novas, em Foros das Piçarras. E noutras mesas, onde não ganhou a APU, as forças democráticas, a APU e a FRS, obtiveram a maioria em relação à «AD». Portanto essa demagogia do Governo à volta da oferta de terras não proporcionou votos significativos à «AD».

«Avante!» – **E quanto à juventude? Quanto aos jovens, que votaram pela primeira vez, a nível da região da DORA, a orientação do seu voto foi para a «AD», como pretende certo tipo de propaganda?**

António Gervásio – É uma questão discutível. Em muitas mesas onde votaram novos recenseados, a APU, ou a APU e a FRS, obtiveram a maioria dos votos. Não é justo dizer-se que a juventude votou «AD». É evidente que certas franjas da juventude, sobretudo urbana, terão votado «AD». Mas não podemos assimilar estas franjas a uma massa de jovens.

Aliás a juventude teve um papel destacadíssimo na Campanha e isso é significativo. Fundamentalmente, a juventude trabalhadora. Mas não só. De destacar também o papel das mulheres com a sua participação, o seu entusiasmo e dinamismo no desenvolvimento da Campanha Eleitoral da APU.

Subida da «AD» e suas razões

«Avante!» – **De qualquer modo permanece de pé a subida ainda que moderada da «AD» no Alentejo. Quais as razões desta subida?**

António Gervásio – A subida da «AD» no Alentejo, tal como no resto do país, deve-se a alguns factores centrais:

Primeiro – o facto da coligação «AD» ser governo, o que a punha nitidamente em vantagem em relação às outras forças, e o ter utilizado, sem quaisquer escrúpulos, os meios de Comunicação Social ferreamente controlados, o aparelho do Estado na Campanha, jogando despudoradamente com os dinheiros públicos na Campanha Eleitoral.

Segundo – as medidas demagógicas, pontuais mas eficientes no imediato, da «AD». A «AD» **comprou** muitos milhares de votos, nomeadamente nos últimos dias da campanha. Isto é verdade sobretudo em relação aos reformados: uma grande massa de reformados, levados pelo aumento das pensões – que nós há muito reivindicávamos em quantitativos superiores aos concedidos – votou na «AD». Também outras medidas demagógicas, como o pagamento dos retroactivos dos abonos de família, dos subsídios do gasóleo e as promessas de subsídio às donas-de-casa, mães de família, tudo nos últimos dias da campanha eleitoral, fizeram igualmente deslocar estratos do eleitorado.

Outra questão importante é a da alternativa democrática. É que a esquerda apresentou-se ao país, desunida. Ouvimos muita gente dizer: «Vocês têm razão. O que dizem é verdade mas o voto na APU não é um voto na alternativa. Vocês sozinhos não podem ser governos e os socialistas não querem governar com vocês». Muita gente dizia isto. A esquerda não se apresentou em condições de ser governo e muita gente foi sensível a isto. Para a pequena burguesia e as camadas médias, este foi um factor importante. Diziam: «O país não pode estar sem governo, não pode estar em crise», a experiência de Mário Soares neste campo foi amarga as pessoas não gostam que se ande a brincar aos governos. E este é um dos problemas mais centrais. A única coligação que se apresentou ao país, com credibilidade de vir a ser governo, foi a «AD». O PS, recusando a unidade com os comunistas ou com a APU, inviabilizou qualquer alternativa. Se a esquerda se apresentasse unida, com um programa de governo, com uma perspectiva de governo, a dinâmica teria sido diferente e certamente a «AD» teria sido derrotada mais amplamente do que foi em termos de votos: de tal modo que não teria a maioria de deputados tal como não teve a maioria da votação no Continente.

Os resultados foram um pouco surpreendentes para nós. Estávamos numa perspectiva de vitória; não esperávamos que a «AD» obtivesse a maioria. Mas obteve.

Também interessa salientar as imensas pressões sofridas por trabalhadores que ficaram a trabalhar nas reservas. Muitos agrários ameaçaram claramente: «Se a "AD" perder vai tudo para o desemprego», e estas e outras pressões de ordem económica tiveram, sem dúvida, os seus efeitos.

Reforço em todas as frentes

«Avante!» – **Quais as perspectivas mais próximas a nível da organização do Partido no Alentejo?**

António Gervásio – A nossa organização continua a crescer. Continuam novas inscrições que afluiram logo no dia 6 de Outubro. Há confiança de facto. É claro que as pessoas sentem a derrota das forças democráticas. Vê-se a inquietação quanto ao futuro, o que é natural. O contrário é que não seria natural. As pessoas têm sentido das responsabilidades, sabem que nos esperam momentos difíceis, mas há confiança e determinação. A luta do povo português não se limita ao precesso eleitoral e as pessoas sabem-no. Percebem que nós somos os mais aguerridos e consequentes na defesa da legalidade democrática e que o povo português não se reduz às batalhas das eleições. Tem outras frentes onde se desenvolve a defesa da democracia, a defesa do trabalho, de melhores condições, a luta por um Portugal democrático. A luta vai pois desenvolver-se nos campos, nas fábricas, nas ruas, nas escolas, nos escritórios. Esta perspectiva existe. Existe a perspectiva de que o processo democrático, com mais ou menos ondas, vai prosseguir, que o fascismo não voltará a oprimir o nosso país, que o nosso povo, tal como no passado, não quer o fascismo.

A confiança de que a unidade da classe operária e de outros trabalhadores se vai reforçar assim como se reforçará a unidade das forças democráticas é uma realidade. Sentimos esta confiança. Fazemos reuniões, sessões e estão cheias; os Centros de Trabalho continuam com grande volume de presenças. E a APU teve mais de um milhão de votos e isso dá confiança.

Privilegiar a luta contra o desemprego

«Avante!» – **Há alguma frente de luta que se vá desenvolver mais, no imediato?**

António Gervásio – Na defesa pela Reforma Agrária, assume lugar de primeiro plano a luta contra o desemprego. A organização do Partido e das organizações de classe dos trabalhadores vão desenvolver mais a luta contra o desemprego, mobilizando homens e mulheres, trabalhadores, mobilizando a juventude, exigindo trabalho, exigindo que as terras dos latifundiários sejam cultivadas, trabalhadas; e onde os trabalhadores têm emprego, vai intensificar-se a luta em defesa dos seus direitos, por melhores salários e condições de trabalho, pelos direitos, garantias e liberdades.

Numa perspectiva mais ampla, vamos trabalhar para que o nosso Partido se reforce, estruturando-o melhor, reforçando o trabalho de organização e de direcção e ligando-o cada vez mais, de forma mais estreita, às massas trabalhadoras. Esta a direcção do nosso trabalho.

O aniversário da Revolução de Outubro

Mais uma vez este ano vai ser comemorado no nosso país mais um aniversário – o 63.º – da Revolução Socialista de Outubro na Rússia. Como habitualmente, as comemorações do 7 de Novembro de 1917 estarão a cargo da Associação Portugal-URSS, que em comunicado recente divulgou o programa das iniciativas previstas e que, também como habitualmente, se estenderão a diversos pontos do país.

As comemorações costumam centrar-se numa das Repúblicas que fazem parte da União Soviética, cabendo este ano a vez precisamente à maior e mais importante, a República Socialista Federativa Soviética da Rússia.

O programa constará de uma visita ao nosso país de uma delegação oficial daquela República, de uma série de espectáculos em diversas localidades a cargo do conjunto popular cossaco de danças e canções "Khopior", da região de Volgogrado, de uma grande exposição de artesanato russo, de uma exposição de cartazes e outra de livros, além de numerosas exposições, colóquios, exibição de filmes e outras actividades.

O conjunto "Khopior", lídimo representante do belo e rico folclore dos cossacos do Volga, actuará na Moita a 28 de Outubro, no Porto a 29, em Braga a 30, em Viana do Castelo a 31, em Viseu a 1 de Novembro, na Guarda a 3, no Fundão a 4, em Torres Novas a 5, em Lisboa a 6 e em Almada a 9. A exposição de artesanato estará patente em Beja, a de cartazes no Porto e a de livros em Évora.

A delegação oficial estará em Lisboa, Marinha Grande e Coimbra, onde participará em actos comemorativos promovidos pela Associação.

Comemorações na Moita

O núcleo da Moita da Associação Portugal-URSS vai realizar um diversificado conjunto de iniciativas para comemorar o 63.º aniversário da Grande Revolução Socialista de Outubro, estando o previsto o seguinte programa:

Dia 7 de Novembro – projecção do filme "Couraçado Potenkine", na Sociedade "A Velhinha", em Alhos Vedros.

Dia 8 – Colóquio sobre a Revolução Russa, apresentação do filme "Lénine em 1918", almoço-convívio, exposição fotográfica sobre o dirigente do Grande Outubro e torneios de damas e xadrez para crianças até aos 14 anos. O programa do dia 8 começa às 10 horas e decorrerá na sociedade "Os Alentejanos", na Baixa da Banheira.

Dia 9 – Projecção do filme "Couraçado Potenkine", na Casa dos Reformados, na Moita.

Encontro dos Amigos da RDA

Apontado como "mais um passo importante na consolidação e desenvolvimento das relações de amizade entre os nossos dois povos", realiza-se no próximo fim-de-semana, no Teatro Vasco Santana, em Lisboa, o Encontro dos Amigos da República Democrática Alemã, uma iniciativa da Associação Portugal-RDA.

Serão apresentadas comunicações divididas em quatro grupos: 1.º – **O mundo do trabalho numa sociedade socialista – a RDA** (sindicatos, agricultura, pesca, autarquias locais, pequenos e médios comerciantes e industriais), 2.º – **Saúde, segurança social e defesa do Homem** (saúde, juventude, mulher, terceira idade, organização jurídica – a lei e os tribunais, os católicos); 3.º – **Ensino, cultura e desporto** (ensino, artes e letras, desporto); 4.º – **Formas de realização dos objectivos da Associação Portugal-RDA / intercâmbio, conhecimento, amizade, desarmamento e paz** (actividades culturais, núcleos, "Novos Caminhos" – revista da Associação, cursos de Verão na RDA, bolsas de estudo, incremento das modalidades desportivas, turismo, contribuição para a Paz).

No sábado, na jornada de abertura usarão da palavra Erich Markowitsch (Presidente do Comité RDA-Portugal), João de Freitas Branco e Alexandre Babo, dirigentes da Associação Portugal-República Democrática Alemã.

A sessão de encerramento está prevista para as 21 e 30 e domingo.

Camaradas falecidos

DANIEL PEREIRA – Com 69 anos, faleceu no Porto o nosso camarada Daniel Simões Pereira, padeiro reformado, membro do PCP há mais de 40 anos, preso pela PIDE três vezes, a primeira das quais em 1936. Camarada muito dedicado ao Partido, Daniel Pereira exercia desde 1974 as funções de porteiro do Centro de Trabalho na Rua Aníbal Cunha e mais recentemente da sede nova (na Avenida da Boavista) para a qual trabalhou activamente na recolha de fundos.

ANTÓNIO SILVA – Alfaiate, preso várias vezes pela polícia política do fascismo, a primeira em 1935, faleceu no passado dia 18 o militante comunista António Gomes da Silva, de Anta, Espinho, pai do candidato da APU pelo círculo da Emigração/Fora da Europa. O comunista desaparecido contava 76 anos.

DANIEL GONÇALVES – Também recentemente faleceu o nosso camarada Daniel da Conceição Gonçalves, residente em S. João da Talha, onde se realizou o seu funeral. O militante comunista era membro da Célula do PCP na Robbialac Portuguesa.

Aos familiares dos militantes comunistas falecidos, o "Avante!", expressando os sentimentos de todo o Partido, apresenta sentidas condolências.

O que o Ministério da Educação não diz sobre o início do ano lectivo

A política de falsas promessas do Ministério da Educação tem atingido neste início do ano lectivo praticamente todos os sectores do ensino.

Foi no **Primário**, em que o MEC voltou as costas aos problemas e às consequências de medidas como a antecipação precipitada da idade mínima para a matrícula (agora 5 anos e 9 meses), o que motivou a entrada de mais 4 mil crianças, as alterações aos programas ou os problemas das escolas quanto à organização de horários (são numerosas as turmas com mais de 50 alunos!)

Foi no **Preparatório** e no **Secundário**, em que o Ministério não tomou as iniciativas necessárias para a completa normalização dos novos mecanismos de formação docente (a chamada formação em exercício), nem proporcionou ainda a conclusão dos processos da terceira fase de colocações dos docentes, o chamado "miniconcurso", que todos os anos fornece milhares de professores para completar os horários das escolas, e que só na próxima semana estará normalizado.

Foi no **Superior**, em que o Ministério resolveu, por exemplo, emitir uma portaria (755/80, de 30 de Setembro) na qual impõe, no caso da Universidade Clássica de Lisboa, um número máximo de 950 assistentes e 115 monitores, medida que só vem piorar as já graves dificuldades com que se debatem em matéria de pessoal docente escolas superiores como Direito e Letras. Em relação à primeira, tal como a respectiva Associação de Estudantes já alertou, aquela disposição ministerial obriga a que as subturmas de trabalhos práticos passem de 30 para 90 alunos. Ainda na área do Ensino Superior, saliente-se a situação confusa que se vive no ISEF (Instituto Superior de Educação Física) quanto ao funcionamento das aulas nocturnas, assunto que o MEC tem pura e simplesmente deixado para trás.

Entretanto, o recém criado **12.º ano**, substituto do Ano Propedêutico, não escapa: como o próprio ministro já viu (mas não disse...), tirando as matrículas, nada está assente em termos concretos para o arranque a nível nacional desse ano que antecede o ingresso na Universidade.

Há problemas quanto ao enquadramento dos professores (na sua totalidade oriundos do Secundário), quanto às estruturas pedagógicas de apoio e até quanto às próprias instalações. De facto, enquanto na quase totalidade do país as aulas do 12.º ano serão ministradas nas escolas secundárias das capitais de distrito, em Lisboa foram construídos três estabelecimentos (pré-fabricados) destinados especialmente aos alunos do 12.º ano (Algés-Belém, Olivais-Chelas e Cidade Universitária) e em Setúbal uma. Se no resto do país a situação não é nada atraente, em Lisboa a gravidade dos problemas também não é menor: **as obras estão incompletas!** No caso da escola de Algés, o fim da construção da **primeira fase** (se tudo correr como se espera) só ocorrerá na segunda metade do próximo mês de Novembro...

Até dia 31, com iniciativas públicas

Artistas plásticos e escritores erguem a Quinzena da Paz

Decorre em Lisboa até ao próximo dia 31 a Quinzena da Cultura e da Paz, (exposição-venda de obras de artistas plásticos e livros de escritores contemporâneos iniciativa da Comissão de Desarmamento do Conselho Português para a Paz e Cooperação (CPPC), que se destina a assinalar entre nós o 35.º aniversário da fundação da Organização das Nações Unidas (ONU).

Nos últimos anos, como já aqui referimos, a data tem vindo a ser comemorada em praticamente todo o Mundo sob a denominação de «Semana Mundial do Desarmamento», com início a 24 de Outubro, integrando diversas jornadas a favor da luta contra a corrida aos armamentos.

A Quinzena da Cultura e da Paz (aberta na passada quinta-feira) tem vindo a suscitar o apoio crescente de numerosos artistas plásticos e escritores portugueses que oferecem as suas obras para venda e recolha de fundos destinados ao reforço da luta mundial pela cooperação entre os povos, o desarmamento e a causa da paz.

Na próxima terça-feira decorrerá o segundo colóquio da Quinzena, na Sociedade Nacional de Belas Artes, com a participação de Nuno Bragança, Urbano Tavares Rodrigues e Diniz Machado, que abordarão o tema «O Escritor e a Problemática da Paz».

Entre outros, deram a sua valiosa colaboração à iniciativa Luis Francisco Rebelo, Maria Judite de Carvalho, Urbano Tavares Rodrigues, Eugénio de Andrade, Dinis Machado, Manuel da Fonseca, Augusto Abelaira, Nuno Bragança, Armindo Rodrigues, José Cardoso Pires, Casimiro de Brito, Manuel Alegre (escritores), além de João Cutileiro, João Navarro, João Hogan, Dourdil, Querubim Lapa, Carlos Botelho, Eduardo Néri, Clementina C. de Moura, Cipriano Dourado, José Cândido, Victor Palla, Ivone Ballete, Artur Bual, António Trindade, Manuel Jorge, Rogério Ribeiro, Álvaro Perdigão, António Domingues, Virgílio Domingues, Rocha de Sousa, Machado da Luz, Ribeiro Farinha, Alice Jorge, Fátima Vaz, Matilde Marçal, Amândio Silva, José Rodrigues, Fernando Piçarro, Aníbal Bandeira, Maria Gabriel, José Augusto, Victor Manaças, Rodrigo de Freitas, José A. Flores, Eurico Gonçalves, Henrique Ruivo, Carlos Natividade, Joaquim Bravo, Vasco Pereira da Conceição, Maria Barreira, Eurenciano Rodrigues, Fernando Cruz, António Nobre e Fernando Calhau (artistas plásticos).

Aderiram também à iniciativa personalidades como Vasco Gonçalves, Costa Gomes, João de Freitas Branco e Joel Serrão.

A Quinzena da Cultura e da Paz encerra no próximo dia 31, às 21 e 30, com uma sessão pública na sede da Associação dos Deficientes das Forças Armadas, no Largo de S. Domingos (ao Rossio) em Lisboa.

Sorteio na M. Grande

Realizou-se o sorteio das rifas vendidas pelos camaradas da Marinha Grande na Festa do «Avante!», em Julho passado, tendo sido apurados os seguintes números: **1.º** (televisão a cores) – 59382; **2.º** (máquina de lavar) – 4435; **3.º** (arca frigorífica) – 63801.

A iniciativa pertenceu à Comissão pró-novo Centro de Trabalho do PCP da Marinha Grande.

Cinema soviético

"Três Monólogos" e "O Teatro na URSS" são os filmes que a Associação Portugal-União Soviética exibe amanhã, às 21 e 30, na sua sede nacional, na Rua de S. Caetano, à Lapa, número 30, em Lisboa.

A entrada é livre.

Um grave conflito por resolver

Quando se trata da ITT seis meses não bastam ao Governo para «formar uma opinião»

• *Acórdão do STA ainda por cumprir*

O Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas (SIESI) e os organismos representativos dos trabalhadores na empresa ligada à multinacional ITT, em Cascais, continuam a esforçar-se no sentido da aplicação do acórdão do Supremo Tribunal Administrativo que manda suspender os 212 despedimentos na Standard Eléctrica.

Entre os esforços desenvolvidos estão a ser contactados o maior número possível de trabalhadores e de empresas do distrito de Lisboa, no sentido de, segundo um comunicado do SIESI, "os alertar para a grave situação que se vive na Standard Eléctrica/ITT, procurando, assim, solidariedade política e material".

O "agravamento da situação política", acrescenta o SIESI, "não irá impedir os trabalhadores de lutarem pela legalidade, pela justiça, pelos postos de trabalho".

Ao fazerem o ponto da situação do "grave conflito", o Sindicato e a Comissão de Trabalhadores da Standard (SE/ITT) denunciam como "indiscutíveis" as "manobras para ganhar tempo, utilizadas pelo MT (Ministério do Trabalho) e pela ITT".

Essas manobras (aclaração, embargo e nulidade de excepção do acórdão – tudo solicitações do MT – "nenhuma delas suspensiva da aplicação imediata da decisão do Tribunal, como lembra o SIESI) correspondem à **tentativa de desgastar os trabalhadores em luta, levá-los a desistir, procurando, assim, cilindrar as suas estruturas representativas.**

Depois de reafirmar que **os trabalhadores recusam esta actuação do Governo "AD" (MT) e estão dispostos a continuar a fazer todos os esforços para garantir o respeito pela legalidade e cumprimento do acórdão,** o Sindicato anuncia "um novo processo de contactos" com o Ministério do Trabalho e com órgãos de soberania, "no sentido de os alertar para a grave situação existente na empresa pelo não cumprimento do acórdão do STA (Supremo Tribunal Administrativo) e exigindo a reposição da legalidade".

Entre os esforços já desenvolvidos salienta-se os contactos realizados com "serviços de apoio" à Presidência da República a quem os organizações representativas dos trabalhadores fizeram, entretanto, "a entrega de um abaixo-assinado com alguns milhares de assinaturas e dirigido ao Senhor Presidente da República", recorda ainda o SIESI.

Várias datas que convém lembrar

No processo de despedimento colectivo, que o Governo "AD" autorizou na Standard Eléctrica há algumas datas recentes a sublinhar:

Em **27 de Maio de 1980**, a Secretaria de Estado da População e Emprego (SEPE), organismo dependente do MT, despachava de acordo com a ITT autorizando o despedimento colectivo de 212 trabalhadores, na maioria mulheres.

Em **30 de Maio de 1980** (três dias depois) a CT e os Sindicatos representados na empresa recorriam do despacho do SEPE junto do Supremo Tribunal Administrativo (STA).

Em **10 de Julho de 1980**, o STA suspende a execução dos despedimentos. O acórdão era claro. Mas o MT, o seu organismo (SEPE) e o Governo "AD" entendem que não. A administração da Standard bem apoiada, como se vê, não acata o acórdão.

Segundo o SIESI, o MT limita-se a justificar a sua atitude "com a tese de que o acórdão tem duas interpretações". Único objectivo – ainda segundo o SIESI – **adiar a resolução do problema.**

Entretanto, sob várias formas, prossegue a luta dos trabalhadores despedidos ilegalmente.

Em **24 de Julho de 1980**, o pedido de esclarecimento ("aclaração") do Ministério recebe do Tribunal uma resposta que não lhe agrada: "Nenhum passo do acórdão – frisa o STA – é susceptível de duas interpretações".

Ministério e administração da empresa recorrem a outro "expediente".

Em **28 de Julho de 1980**, o Ministério manda entregar no Tribunal (STA) um pedido de embargo. E quando ainda não estava julgado esse pedido o MT pede ao mesmo Tribunal a "nulidade por excepção do acórdão".

Em **8 de Outubro de 1980**, depois de todas essas manobras que, sublinha o Sindicato (SIESI, maioritário na empresa), não suspendem **("nenhuma delas")** suspende, ou **"é suspensiva"**, para usar a expressão do Sindicato, da **aplicação imediata do acórdão"**, o ministro dito do Trabalho mandava dizer aos representantes dos trabalhadores à entrada do Ministério que o dito ministro, o mesmo de 30 de Maio – são palavras do SIESI: "não tinha opinião formada sobre se ia ou não acatar a decisão do Tribunal (STA)".

Entre **30 de Maio e 8 de Outubro**, o ministro ainda não teve tempo para formar uma opinião. Quanto mais para o resto!

O curto "calendário" que demos acima é bem revelador de como este Governo (o mesmo de 30 de Maio) quer resolver os problemas mais graves de quem trabalha.

Umas migalhas concedidas aqui e ali para lembrar, à última hora, a cruzinha no boletim de voto não podem fazer esquecer aos trabalhadores despedidos que a natureza, as intenções, os objectivos deste Governo não mudaram.

Com a Lei e as leis do seu lado, as organizações dos trabalhadores manterão inteiro o seu prestígio junto das massas trabalhadoras e continuarão a merecer o seu apoio na luta por interesses comuns e pela salvaguarda do poder de negociação, de diálogo e de defesa intransigente dos direitos de todos os trabalhadores.

Dez anos da CGTP-IN

Prosseguem as comemorações do décimo aniversário da CGTP-IN. No último sábado, para além de outras iniciativas, foi a hora do grande espectáculo musical no Coliseu dos Recreios, em Lisboa. Duas sessões encheram por completo a sala das Portas de Santo Antão. Milhares de pessoas vibraram com a qualidade e o entusiasmo das canções populares. Actuaram Pi de la Serra, Quintino Cabrera, Adriano Correia de Oliveira, Carlos Mendes, José Afonso, José Mário Branco, Luísa Basto, Paco Bandeira, Paulo de Carvalho e Sérgio Godinho. Na foto, uma imagem do espectáculo.

No âmbito das comemorações, outras iniciativas merecem destaque. Depois de uma caravana ter percorrido no último sábado todo o distrito de Setúbal, a União dos Sindicatos (USS) tem prevista para a próxima sexta-feira, 24, na Sociedade Capricho, em Setúbal, uma sessão comemorativa. Com início às 9 e 15 da noite, a sessão incluirá a projecção de um filme sobre o terceiro Congresso da CGTP-IN. Em Almada, no próximo domingo, ainda integrada nas comemorações será representada a peça "Que farei com este livro?", de José Saramago, que o Grupo de Campolide recentemente estreou naquela cidade. A sessão é dedicada à juventude.

A identidade dos interesses de classe contra a subversão do regime

• Posição da CGTP-Intersindical

A unidade do Movimento Sindical assenta não numa unidade político-partidária, mas numa unidade social, baseada na identidade de interesses de classe.

Nesta perspectiva, nenhum trabalhador é, ou pode ser marginalizado ou excluído da acção do Movimento Sindical.

A reafirmação deste princípio consta de um documento distribuído pela CGTP-IN no último fim-de-semana. Após uma reunião dos seus órgãos dirigentes, a Central afirma nomeadamente que:

Embora continue a combater todas as acções divisionistas e cisionistas, está e estará aberta a discutir com as organizações sindicais representativas os diversos aspectos relacionados com a sua organização e actividade, desde que haja como objectivos comuns defender os interesses e os direitos dos trabalhadores e o regime democrático consagrado na Constituição, com todas as suas características fundamentais.

O documento, que aprova uma série de medidas para melhorar a actuação do Movimento Sindical em vários campos, manifesta grande confiança na materialização das esperanças de Abril.

Depois de uma "análise da situação político-sindical" referente a meados da semana passada, os órgãos dirigentes da Central (conselho geral e secretariado nacional), voltando à questão da unidade, reafirmam que se torna imperioso fomentar e dinamizar a mais larga participação de todos os trabalhadores, desenvolver e aprofundar a democracia interna, tomar medidas firmes e concretas de combate ao sectarismo e ao abreirismo e a todas as suas manifestações".

Esta disposição dos órgãos dirigentes da CGTP-IN vem na sequência do que, no mesmo documento, se pode considerar uma condenação da ajuda que **as organizações divisionistas, nomeadamente a chamada UGT** concederam ao Governo "AD".

O conselho geral e o secretariado nacional da Inter afirmam que **a UGT tem pesadas responsabilidades pelo contributo que deu em confundir largos sectores de trabalhadores de serviços e quadros técnicos, fazendo-lhes crer que têm interesses de classe diferentes dos restantes trabalhadores, criando obstáculos à sua unidade para a defesa dos interesses que são comuns.**

Depois de várias conclusões resultantes da análise da actuação do Governo "AD" até às eleições de 5 de Outubro, os órgãos dirigentes da Central, além dos factores que referem para a "manutenção e o reforço da maioria parlamentar da AD" salientam que essa maioria, que continua a não ser a do eleitorado, resultou também "da não apresentação de uma alternativa do conjunto das forças democráticas, que se constituísse como uma alternativa política séria, concreta e crível aos olhos dos portugueses".

Batalha fundamental e frentes de luta

Para melhorar o trabalho de direcção e acção do Movimento Sindical, para "reforço da organização a todos os níveis e, em particular, nas empresas, definição dos objectivos e prioridades de acção e reforço das frentes de luta", o secretariado nacional e o conselho geral da CGTP-IN aprovaram "um conjunto de medidas".

A defesa da Constituição e **dos direitos, liberdades e garantias nela consagrados, como forma de defender os interesses dos trabalhadores e o regime democrático** continua a ser a **batalha fundamental.**

Quanto às **frentes de luta no momento actual**, a CGTP-IN considera **importantes** "a efectiva participação do Movimento Sindical nas decisões económicas e sociais e em todas as grandes decisões de carácter político que digam respeito aos trabalhadores.

O combate ao esquema governamental de alteração aos horários de trabalho, contra os contratos a prazo, os despedimentos, o desemprego e a repressão patronal, pela reestruturação e funcionamento eficaz da Inspecção do Trabalho e dos Tribunais de Trabalho".

No que respeita à **contratação colectiva**, foi decidido "dinamizar e aprofundar a acção dos sindicatos, com vista a assegurar aos trabalhadores a revisão periódica e actualizada dos seus contratos, com a preocupação de satisfazer os direitos, interesses e expectativas de todas as categorias profissionais".

Graves riscos não contidos

Os graves riscos que representava a manutenção no Governo da coligação "AD" cedo começaram a ser denunciados pela CGTP-IN.

"Desde Abril passado" – sublinham os órgãos dirigentes da Central – que se exigiu "a demissão do Governo Carneiro/Amaral, cuja identificação com os interesses do grande patronato, dos latifundiários e dos sectores mais reaccionários da sociedade portuguesa era evidente".

Mas, reafirma a CGTP-IN, "as hesitações de certas forças e sectores democráticos, que pensaram que o desgaste do Governo lhes traria ganhos eleitorais, não correspondendo a essa justa exigência dos trabalhadores, permitiram que o Governo da "AD", com objectivos exclusivamente eleitoralistas, tivesse tempo para dar satisfação parcial a um conjunto de reivindicações de carácter social pelas quais os trabalhadores há muito lutavam e que, demagogicamente, apresentou como medidas da sua iniciativa".

A "intervenção do Movimento Sindical unitário" na campanha para as eleições de 5 de Outubro **foi factor que contribuiu não só para reduzir a vitória eleitoral da "AD", mas também para criar uma dinâmica de unidade entre os trabalhadores.**

Os órgãos dirigentes da CGTP-IN recordam não só a participação do Movimento Sindical unitário na própria campanha eleitoral, mas ainda e sobretudo "as centenas de plenários realizados a nível das empresas", antes e durante o período eleitoral.

Finalmente, perante as ameaças e perigos tão concretos como são os objectivos já declarados pela "AD" (por exemplo, "dominar todos os órgãos do poder"), o conselho geral e o secretariado nacional da CGTP-IN salientam que se confirmam as "reiteradas intenções" do Governo "de restaurar o poder económico e político dos monopólios e dos latifundiários, de subverter o regime democrático e constitucional nascido do 25 de Abril".

Esses perigos e ameaças tão concretos exigem "o reforço e o alargamento da unidade entre todos os trabalhadores em torno do seu Movimento Sindical".

A CGTP-IN, que saúda "os trabalhadores, activistas e dirigentes sindicais pela acção que têm desenvolvido", encara o presente com confiança, disposta a defender, "palmo a palmo, os interesses e conquistas dos trabalhadores que a Constituição da República nos garante".

Um ar de UGT na Carris

• *«Os outros que se amanhem» será uma política sindical?*

Os trabalhadores da Carris aprovaram, há cerca de uma semana, uma proposta de tabela salarial com aumentos da ordem dos 29 por cento.

A Comissão Negociadora Sindical (CNS) mandatada em plenário para negociar essa proposta (a administração contrapropôs 17,5 por cento) representa 95 por cento dos trabalhadores da Carris.

A par de outras associações sindicais (a maioritária na empresa é o Sindicato dos Transportes Rodoviários e Urbanos) a FETESE (Federação dos Sindicatos de Trabalhadores de Escritório e Serviços) uma das principais organizações da UGT que representa na empresa cerca de 420 dos quase 8 mil trabalhadores da Carris, decidiu convocar paralisações no sector administrativo.

Na quarta-feira da semana passada, depois de várias paralisações parciais, aquele sector optou por uma greve de 3 dias (5 a 7 de Novembro próximo) e decidiu recusar todo o serviço extraordinário nesse mês.

Em causa está, segundo a FETESE / UGT, a negociação das carreiras e o enquadramento profissional dos cerca de 420 trabalhadores de escritório da Carris.

Mas, segundo a Federação dos Sindicatos de Transportes Rodoviários e Urbanos, naturalmente com representação maioritária na empresa, **os motivos alegados pela FETESE para as paralisações centram-se em matérias na negociação das quais a FETESE esteve presente e que foram aprovadas pelas organizações sindicais representativas de cerca de 95 por cento dos trabalhadores da Carris.**

A Federação dos Rodoviários e as associações sindicais que representa "não têm qualquer responsabilidade nas referidas paralisações lideradas e convocadas pela FETESE".

Num comunicado distribuído na última sexta-feira aquela Federação de sindicatos, onde estão filiados os motoristas e a maioria dos trabalhadores da Carris, não pretende "pôr em causa o direito que assiste aos trabalhadores e associações sindicais de declararem e decidirem sobre formas de luta".

Todavia, sublinham os Rodoviários, assiste à sua Federação sindical "o direito de esclarecer a opinião pública de que não está de acordo com as paralisações em curso na Carris".

Além de as razões para paralisar alegadas pela FETESE estarem concluídas nas negociações da nova convenção colectiva de trabalho, a não concordância dos Rodoviários baseia-se no facto de essas paralisações estarem **desde já a causar protelamentos nas negociações de revisão da tabela salarial e clausulado de expressão pecuniária, situação que redunda em manifesto prejuízo de todos (cerca de 8 mil) trabalhadores da empresa.**

A Federação dos Sindicatos de Transportes Rodoviários e Urbanos, pondo sempre em evidência o facto de **continuar a envidar todos os esforços de modo a defender e a harmonizar as justas reivindicações de todos os trabalhadores da Carris**, entende, no entanto, "que seria de toda a conveniência a suspensão das referidas paralisações "de modo que a revisão da tabela salarial possa avançar rapidamente".

A harmonização dos interesses de todos os trabalhadores da Carris, para apoiarem em unidade a CNS, não é compatível com atitudes isoladas e minoritárias que podem comprometer gravemente os objectivos a alcançar com a negociação da nova tabela salarial que interessa a cerca de 8 mil trabalhadores

Comentário

Como tem acontecido noutros casos e lugares bem conhecidos, a UGT quer isolar os seus filiados, ou os filiados nas associações sindicais que diz representar, dos outros trabalhadores e sindicatos.

Quadros técnicos, trabalhadores de serviços, empregados superiores e outros assalariados de várias categorias e profissões são assim artificialmente afastados pela UGT da defesa comum de interesses que são de todos.

E tal acontece em ocasiões onde a unidade é mais necessária e sem que a UGT ou as suas associações dêem um passo no sentido de harmonizar os seus interesses com os interesses da esmagadora maioria dos trabalhadores.

É o que volta a acontecer. Desta vez é na Carris, na altura em que o Governo "AD" mais necessita que os trabalhadores, ou pelo menos as suas associações (representativas ou não) apareçam divididas à mesa das negociações.

Como em outros casos e lugares, a UGT, por intermédio da FETESE, aparece objectivamente a fazer o jogo de um Governo que tem um triste passado no campo da contratação colectiva.

Mas isso parece não ser apenas jogo do Governo. Parece ser tanto do Governo como da UGT.

Daí o apelo da Federação dos Rodoviários: "defender e harmonizar as justas reivindicações de **todos** os trabalhadores da Carris", para salvaguarda de interesses e direitos comuns. Cabe aos trabalhadores ponderar e responder.

A «tese» da Azambuja de um ministro «AD»

A falência da Sousa Braga, com fábrica e comércio de móveis na Venda Nova e Póvoa de Santo Adrião, lança cerca de cento e cinquenta trabalhadores no desemprego.

Na ECA, um despedimento colectivo atinge 57 trabalhadores rurais. Entregue em 1978 aos antigos patrões, que a abandonaram em 1975, a fábrica de concentrado de tomate de Alvalade-Sado despede, dois anos depois, sobretudo mulheres, empregadas permanentes, a quem promete como consolação prioridade em tarefas eventuais.

Enquanto o ministro dito do Trabalho escolhe a Azambuja para declarações do género «neste país vão acabar os trabalhadores que não querem trabalhar, como as administrações que querem tudo para si e nada para os trabalhadores», o mesmo ministro e o Governo a que pertence sancionam tudo isto com «humildade filosofal» (são palavras do ministro) e ameaçam novamente «adaptar a legislação laboral à verdadeira situação económica das empresas».

A «humildade filosofal» perante estas questões é simples para o ministro e para o Governo. Mais despedimentos colectivos se anunciam.

Empresas como a Equimetal, onde mais de um milhar de trabalhadores continuam a exigir «soluções concretas para a garantia dos postos de trabalho e do futuro da empresa»; mineiros que paralisam (Borralha e Panasqueira) por novos salários e outras reivindicações; novo ACT para a CP, cujas negociações se eternizam; contrato para a hotelaria sob boicote do patronato; não cumprimento da contratação na Petrogal; contratos a prazo que aumentam; agravamento da situação laboral nas indústrias eléctricas (Cabos Ávila, Comportel, Plessey, Standard Eléctrica – ver esta página); – tudo são situações paralelas aos ataques directos do Governo «AD» às nacionalizações, ao prestígio das associações sindicais, a tudo o que seja capaz de defender com alguma eficácia e continuidade os interesses muito concretos de milhares de trabalhadores dentro das próprias empresas, dentro dos próprios serviços.

Quando um ministro como o do Trabalho fala, ainda na Azambuja, na necessidade de «adaptar a legislação laboral à verdadeira situação económica das empresas», a grande maioria dos trabalhadores portugueses sabe com o que tem de contar.

Tem de contar com a luta em unidade mais firme e alargada contra horários ao serviço das multinacionais e dos grandes patrões da indústria e do comércio, tem de contar com as suas associações sindicais, com os seus órgãos representativos nas empresas e serviços defendendo-os, apoiando-os, evitando que a repressão os atinja, evitando os despedimentos, unindo-se em defesa de novos contratos, salvaguardando tudo o que há de bom na legislação em vigor, na Constituição, na lei da greve.

Os perigos e ameaças são postos com clareza. A capa da adaptação à Europa dos Nove (Mercado Comum) não tapa nada. Ajuda é a perceber até onde o ministro do Trabalho e o Governo querem ir com o seu «pacote laboral».

A defesa do regime democrático passa, no nosso país, pela defesa intransigente dos direitos conquistados pelas massas trabalhadoras do Movimento Sindical.

«Os que do Paquistão pedem armas podem vir ao meu depósito e levar todas as que desejarem»...

No dia 20 de Junho de 1979, um navio com o pavilhão paquistanês, o «Al-Kalsum», aportou a Carachi. Nada tinha de especial e ninguém lhe prestou atenção. Vinte e quatro horas mais tarde, um outro barco do mesmo tipo veio acostar ao lado do primeiro. Coisa curiosa, estes cargueiros, à primeira vista insignificantes, foram rodeados de cautelas. O descarregamento fez-se já com noite fechada. Mais tarde, soube-se que eles haviam transportado armas. Camiões de Exército saíram logo de seguida para a fronteira afegã, via Sukkur, pela estrada de Hyderabad.

Só o «Al-Kalsum» tinha transportado perto de duas mil toneladas de armas de fogo e munições. A carga vinha da Inglaterra e pertencia a uma sociedade com sede em Mónaco, a «International Armament Corporation». Destinava-se aos bandos de inimigos do Afeganistão revolucionário, acantonados nas bases paquistanesas da região de Peshawar.

— Desde os primeiros dias da Revolução de Abril que a CIA tem fornecido abundantemente de armas os bandos contra-revolucionários – disse o ministro dos Negócios Estrangeiros do Afeganistão, Shah Muhammed Dost.

– O nosso Governo dispõe de numerosas informações sobre esta grosseira ingerência nos negócios internos do nosso país.

Efectivamente, os exemplos abundam e a actividade da referida «International Armament Corporation» (abreviatura, «Interarms») atrai particularmente a atenção. A «Interarms» tem a reputação de ser a maior sociedade privada especializada em venda de armas. É dirigida por um cidadão monegasco, Samuel Cummings, de origem irlandesa, a quem chamam frequentemente sem que ele se formalize, «o rei dos negociantes de canhões». Cummings também não protesta quando lhe chamam «Mister Machine Gun» («Senhor Metralhadora»). E quando o comparam com o legendário Basile Zakharoff, que ganhou milhões a vender armas aos beligerantes durante a Primeira Grande Guerra, segundo testemunhas oculares, um largo sorriso ilumina o rosto de Cummings.

Um negócio que ignora crises

— A carteira de encomendas da corporação – vangloria-se o presidente da «Interarms» – é da mesma ordem que a de uma grande empresa industrial de escala europeia, como, por exemplo, a do consórcio italiano Alfa-Romeo. Mas, ao contrário da indústria automobilística, o meu negócio ignora as crises... Há muito quem me queira comprar o negócio. Já me propuseram 50 milhões de dólares. Pedi-lhes que não insistissem...

Assim, Samuel Cummings, de 52 anos, nascido em Filadélfia, cidadão do Principado de Mónaco desde 1973, conserva o seu passaporte americano, bem como o seu passaporte britânico (a «Interarms» tem em Manchester o maior depósito privado de armas da Europa), porque a sua sociedade está registada em Alexandria (Virgínia), onde também existe um depósito de armas que pertence à «Interarms».

Factos indesmentíveis atestam que Samuel Cummings foi colaborador da Agência Central de Informações, nos primeiros anos do após-guerra, antes de se pôr à frente da «Interarms», em 1951, que acabava de fundar. Numa entrevista com Anthony Sampson, conhecido escritor e correspondente inglês, Cummings viu-se obrigado a reconhecer as suas antigas ligações com a CIA, mas assegurou ter terminado há muito tempo as suas relações com essa organização. Anthony Sampson reproduziu essa afirmação com muito ironia. Toda a gente sabe que esses senhores de Langley não gostam que lhes dêem as costas.

Philip Agee, antigo agente da CIA, autor de um revelador livro sobre Langley, pode contestá-lo. A CIA persegue-o até mesmo fora das fronteiras dos Estados Unidos, enquanto que Cummings propera. Nem o mínimo conflito com os seus antigos patrões.

Cummings gosta de cavaquear com os jornalistas. Mas quando se põe a narrar a história da «Interarms», não se pode dizer que a sua narrativa brilhe pelo espírito cronológico. Por exemplo, assegurou a Bernt Engelmann, escritor alemão ocidental que estudou os hábitos dos negociantes de armas, que o seu primeiro negócio foi feito com um Governo africano. Mas, numa entrevista concedida a Giuliano Ferrieri, correspondente da revista italiana «Europeo», disse que tinha vendido o seu primeiro lote de armas, compradas no Panamá, aos seus antigos patrões da sociedade californiana «Western Arms». Ora, já se provou que a «Western Arms» é uma filial da CIA. Por isso é que, tendo trabalhado nessa sociedade, Cummings permaneceu nas fileiras da organização de Langley. Embora a «International Armament Corporation» se tenha emancipado da «Western Arms», nada mudou, quanto ao fundamental.

Desde revólveres até aviões

Os catálogos da «Interarms», escreveu a revista italiana «Storia Illustrata», têm com que despertar a imaginação mais fecunda. A sociedade vende tudo: desde revólveres, até aos aviões «Mirage». Segundo os prospectos, ela pode armar e equipar 40 divisões em 24 horas. Se o cliente desejar que os uniformes sejam de uma determinada cor, pede-se-lhe que avise o fornecedor com, pelo menos, 72 horas de avanço, quando não, terá que se contentar com as tradicionais fardas de caqui já em armazém...

Os depósitos de armas da «Interarms» estão disseminados pelo mundo inteiro. Edifícios imensos, semelhantes a hangares, que ocupam toda uma rua de Alexandria, no Estado de Virgínia, estão recheados de material de extermínio. Os dèz andares do entreposto de Manchester (Grã-Bretanha) guardam 300 000 unidades de armas de fogo. O entreposto está dotado com uma carreira de tiro, onde o comprador pode experimentar a mercadoria. Cummings tem ainda outros na Suécia, em Singapura, no Líbano, na Bélgica...

Um exemplo: se a Bélgica o atraiu, não foi só por aí se fabricarem armas que já deram as suas provas; foi também por causa da facilidade com que o Governo concede licenças de exportação. «Quem quer que venda armas no mercado mundial, possui obrigatoriamente um escritório em Bruxelas», afirma o jornalista italiano Maurizio Chieraci. O ponto de encontro dos mercadores de armas de mediana importância e dos representantes dos grandes «tubarões» é uma «boite» que o seu proprietário, em conformidade com os gostos da sua clientela, rebaptizou como «The Gun Bus», «O Autocarro das Pistolas».

Já lá vão os tempos em que Cummings comprava armas usadas. Então, teve necessidade de uma oficina de reparações. Mais tarde, começou a construir as suas próprias oficinas onde se fabricam armas modernas.

— Temos diversas empresas na Inglaterra e, além delas, detemos uma parte importante das acções das filiais holandesas da «Fairchild Engine» e da «Airplane Corporation» – vanglorizou-se perante Bernt Engelmann o vice-presidente da «Interarms», Werner Glatt.

Em 1976, Cummings infiltou-se na indústria de armas dos Estados Unidos. Em Midland (Virgínia), muito perto do depósito de Alexandria, a «Interarms» comprou uma pequena oficina. Esta transacção, que não merece que se lhe chame grande, é assinalável por diversos motivos. Porque não é um negócios simples entrar no negócio de armas nos Estados Unidos...

Sem dúvida que a Cummings não lhe falta pulso, mas também não se deve sobrestimar as suas reais capacidades pessoais. Quando se é apoiado pela CIA e o Pentágono não se é assim tão feiticeiro como isso. Porque Cummings recebe a sua mercadoria directamente do Pentágono (e a preços de favor, abaixo dos do mercado!) para a ir pôr onde quer que seja que o Ministério norte-americano da Guerra prefira ficar na sombra.

No Outono de 1975, a sede da «Interarms» em Monte Carlo recebeu a visita de um agente intermediário, com o pseudónimo de «Texas». As suas conversações com Cummings terminaram com um acordo sobre o fornecimento à direita libanesa – a organização ultra dos «Defensores do Cedro» – de espingardas automáticas M-16 e de metralhadoras pesadas, pela soma de dois milhões e meio de dólares. Isto não passou de uma gota de petróleo lançada de além-Atlântico sobre a fogueira libanesa.

O «Washington Post», tendo sabido do negócio de «Texas» com Cummings, salientou que a «Interarms» é uma sociedade frequentemente associada a operações aprovadas pela Agência Central de Informações americana.

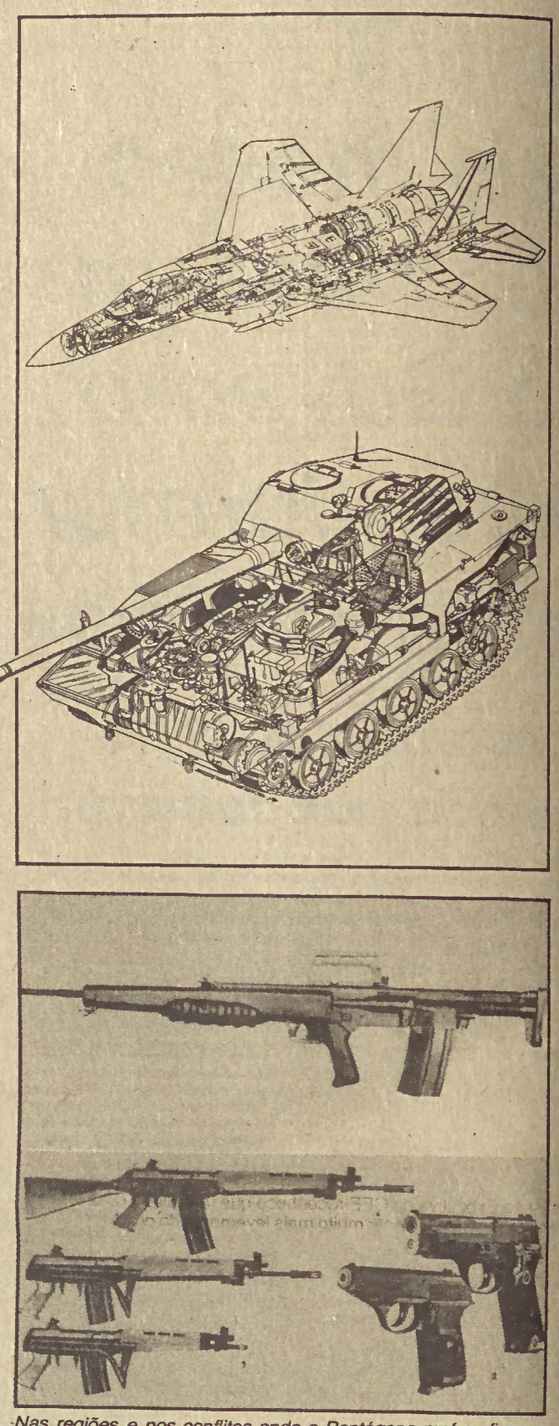
Seria mais exacto dizer, não «aprovadas», mas sim «organizadas». Foram armas fornecidas através de Cummings que em 1954 derrubaram o presidente da Guatemala, Arbenz. Foi a «Interarms» quem armou os «gusanos» que desembarcaram em Abril de 1961 em Playa Giron. Entre os clientes permanentes de Cummings figuraram ditadores tão devotados a Washington como o cubano Batista, o dominicano Trujillo, o haitiano «Papa Doc». «O abastecimento de armas dos ditadores latino-americanos não foi senão o princípio das actividades da "Interarms"», resume Bernt Engelmann.

«Preferia não responder a essa questão»

Aquando da intervenção somali contra a Etiópia revolucionária, o agressor dispunha de grandes quantidades de armas americanas. O jornal italiano «Repubblica» esclareceu que os tanques desembarcados no porto de Berbera eram da sociedade «Interarms» e que tinham sido encomendados 240.

O carregamento de armas destinadas aos contra-revolucionários afegãos não cessa. Os inimigos do Afeganistão popular recebem dos Estados Unidos morteiros, canhões, jipes com lança-chamas e bazucas e armas de fogo, entre as quais espingardas automáticas de último modelo. «Estes fornecimentos secretos compreendem armas de fabrico estrangeiro, o que permite camuflar melhor a fonte (...) – notava o «Washington Post». – E embora se ignore quem exactamente assegura estes envios, eles são, com todas as probabilidades, organizados pela CIA». Este Verão, um outro jornal americano, o «Philadelphia Inquirer», declarava abertamente que é a CIA quem compra as armas para os contra-revolucionários afegãos. O «Paese Sera», italiano, confirmou-o.

Numa conferência de imprensa em Washington, perguntaram ao presidente dos Estados Unidos se os EUA forneciam armas aos bandidos afegãos e se lhes davam uma ajuda financeira. «Preferia não responder a essa questão», disse Carter. Cummings foi mais loquaz em Janeiro. Declarou, sem subterfúgios, a jornalistas americanos: «Os que do Paquistão pedem armas podem vir, não importa quando, ao meu depósito de armas e levar todas as que desejarem»...



Nas regiões e nos conflitos onde o Pentágono prefere ficar na sombra, surgem os negociantes de armas – como Mr. Cummings – para fazerem o mesmo «serviço». E eles dispõem de todo o tipo de armas...

Savimbi e as manobras contra Angola

Quatro dias abriu ele caminho na densa selva, depois viajou muito tempo de camião, até chegar ao «ponto D», onde tinha marcado um encontro secreto. Ali, encontrou-se com um homem que o esperava e, acompanhado por ele, mudou várias vezes de avião, até chegar aos EUA. Tinha três passaportes, mas não tinha o do seu próprio país. Este facto não impediu, todavia, que passasse com facilidade pelo controlo de imigração, no aeroporto de Nova Iorque. As autoridades dos EUA acolheram o visitante com muita atenção e amabilidade. O hóspede e a sua comitiva (que apareceu como que por milagre) até foram transportados em dois «Cadillac» da Casa Branca. Convém citar, parece, os nomes dos que se encontraram no «ponto D». O homem que abriu caminho na selva era Jonas Savimbi, cabecilha da chamada «União Nacional para a Independência Total de Angola» (UNITA). Nesse ponto, ele encontrou-se com Arnaud de Borchgrave, correspondente do semanário norte-americano «Newsweek», que, ao que tudo indica, acumula o jornalismo com uma actividade mais lucrativa, mas menos respeitável. Diga-se, a propósito, que esta história foi relatada precisamente pelo «Newsweek».

No período da sua estada nos EUA, Savimbi avistou-se com o ex-secretário de Estado, Henry Kissinger, que, segundo disse um dos elementos da comitiva, revelou «extraordinaria compreensão e uma atitude fraternal para com o nosso líder», isto é, o cabecilha da UNITA. Como noticiou a revista «Afrique-Asie», de Paris, Savimbi conversara na sede do centro sindical de direita AFL-CIO com alguns representantes da CIA, entre eles Patrick O'Farrell, chefe do sector da África. Conferenciou também com congressistas negros.

A atenção prestada nos EUA ao renegado angolano poderia causar admiração, se não fossem conhecidos os seus contactos com a CIA. Estes contactos remontam à época em que o povo de Angola travou a luta armada pela sua libertação. Mas como interpretar, o facto de, em Novembro de 1979, Savimbi ter sido convidado a visitar os EUA e cumulado de atenções da CIA, de Kissinger e da Casa Branca? Ao que tudo indica, Washington precisou de novo dos seus serviços para reiniciar a subversão contra a RPA. É difícil dar outra interpretação. Tanto mais que, logo após a saída de Savimbi dos EUA, nos bastidores do Congresso se desencadeou uma campanha pela abolição da «emenda Clark» que restringia a liberdade de acção do presidente da CIA em Angola. Esta abolição era apregoada sobretudo pelo actual candidato à Presidência, Reagan.

O Senado decidiu abolir a emenda e transferiu essa decisão à aprovação da Câmara dos Representantes. Como noticiou a revista «África», de Londres, Brzezinski e altos funcionários da CIA sustentam uma enérgica campanha a favor da decisão senatorial.

Ao sair dos EUA, Savimbi emergiu na Europa Ocidental. Na RFA, declarou que tinha obtido em Washington uma «resposta encorajadora». Todavia, os sectores de direita de Portugal foram os que mais se preocuparam pelo aumento das acções políticas de Savimbi.

O jornal sul-africano «Star» escreveu que durante seis semanas «não se esgotou o afluxo de correspondentes dos meios de informação (ligados ao Governo Sá Carneiro) a uma mansão nas proximidades de Rabat», onde Savimbi montara a sua sede. Viajou também para lá uma «delegação de alto nível» do Partido Social-Democrático de Portugal cujos dirigentes não ocultam as suas opiniões reaccionárias e pró-americanas.

Foi assim que os círculos reaccionários do Ocidente começaram a promover uma ruidosa propaganda da UNITA e do seu líder. Como comunica o mesmo «Star», Sá Carneiro teria declarado publicamente que o problema da UNITA estava a ser abordado não só pela imprensa, como também nas negociações de políticos norte-americanos e europeus. Pode-se ter uma ideia bastante clara destas negociações se se tomar conhecimento dum artigo publicado, em Fevereiro, pelo jornal inglês «The Daily Telegraph».

O artigo saiu com o cabeçalho «A oportunidade do Ocidente em Angola». Como é que o autor a interpreta? Como «apoio ocidental a qualquer nova ofensiva ao regime marxista do MPLA». Para quê? Para «forçar o MPLA a negociar uma solução democrática». A negociar sob as miras de canhões e metralhadoras, é claro. O programa não suscita dúvidas: alterar o regime vigente em Angola, mediante uma ingerência armada nos seus assuntos.

Resta apenas saber quem, na opinião do «The Daily Telegraph», poderia promover essa «ofensiva». Também neste sentido o jornal é muito sincero.

A ofensiva – escreve o periódico – deveria ser desenvolvida por «guerrilheiros» da FNLA e UNITA apoiados pelo Ocidente. A verdade é que o autor do artigo, ao comparar as possibilidades destes dois «clãs» contra-revolucionários, chega à conclusão de que a FNLA tem dificuldades em transportar as suas «tropas» do Zaire para Angola e que conviria encontrar para ela uma nova base. Além disto, Holden Roberto, com 63 anos, é um «homem velho, pelos padrões africanos». Não restam dúvidas, creio, que é exactamente Savimbi quem terá maior importância, na medida em que o conflito em Angola se desenvolver» – escreve o autor.

É pouco provável que o jornalista do «The Daily Telegraph» desse a conhecer apenas as suas opiniões e juízos pessoais. Pelos vistos, deve estar a par do conteúdo das negociações referidas por Sá Carneiro. As «revelações» do «The Daily Telegraph» levam a crer que, no âmbito dessas negociações, fosse tramado um novo «complot» imperialista contra a República Popular de Angola.

Seria, no entanto, ingénuo pensar que é exactamente a UNITA «uma oportunidade do Ocidente em Angola». A UNITA, tal como a FNLA, não oferece, por si só, qualquer ameaça séria à independência nem à integridade territorial da RPA. Há já muito que os seus cabecilhas se autodesmascararam aos olhos do povo angolano como renegados, traidores da Pátria e mercenários do imperialismo e do regime racista da RAS. Por conseguinte, não têm nem podem ter qualquer base de apoio sólido no país.

Recrutam adeptos entre os chefes tribais privados dos seus privilégios pela Revolução ou indivíduos vendidos, enganados e amedrontados, assim como entre criminosos de delito comum.

O correspondente da revista «África» fala na sua reportagem sobre Angola que, após a demolição dos bandos da UNITA pelas FAPLA, em 1979, os camponeses, convencidos de que o MPLA não pretendia massacrá-los, «começaram a desertar da UNITA, a regressar às suas aldeias e até mesmo a mudar-se para as regiões firmemente protegidas pelo exército angolano». Deste modo, os referidos bandos só poderão ser perigosos na medida em que forem apoiados pelas autoridades racistas da África do Sul e pelo Ocidente, nomeadamente os EUA.

O «The Daily Telegraphe» silenciou o papel que se atribui aos racistas sul-africanos na conspiração contra Angola. Todavia, são eles a força de choque do imperialismo utilizada para desestabilizar a situação política em Angola. Foi exactamente por uma invasão das tropas sul-africanas no território angolano, a 7 de Junho, que começou a concretização do plano ocidental de «ofensiva ao regime marxista do MPLA».

Também dessa vez, as FAPLA derrotaram os agressores e expulsaram-nos do território nacional.

Enquanto as tropas sul-africanas controlaram centros populacionais angolanos provisoriamente ocupados, os bandos da UNITA desencadearam a subversão na retaguarda das tropas angolanas, lançando bombas em recintos públicos – mercados, praças e autocarros. Os órgãos de segurança da RPA neutralizaram seis grupos de sabotadores e prenderam 124 criminosos. Deles, 50 já foram julgados pelo Tribunal Popular Revolucionário e devidamente castigados. Nestes processos foi revelada a filiação dos processados no grupo contra-revolucionário UNITA: instruídos, equipados e armados na África do Sul e, mais tarde, infiltrados em Angola através do território namibiano.

Na altura dos combates entre as tropas sul-africanas e as FAPLA, Savimbi apareceu em Londres onde declarou, em entrevista colectiva, que a UNITA conta com o apoio da China e alguns países do golfo Pérsico. De modo que a África do Sul, a CIA, as forças de direita da Europa Ocidental e os regimes reaccionários muçulmanos figuram na companhia de cúmplices da UNITA que combate o regime legítimo de Angola.

Semana

15 Quarta-feira

1906 – Morre em Aix-en-Provence o pintor francês Paul Cézanne, que exerceu grande influência em todos os pintores das gerações seguintes, desde os cubistas aos expressionistas.

Cedência à direita

A polícia de choque racista dispara gases lacrimogénios sobre milhares de habitantes do bairro negro do Soweto quando o ministro sul-africano da Cooperação e Desenvolvimento, Pieter Koornhof, chegou de helicóptero para participar numa cerimónia oficial ■ Representantes dos trabalhadores e da administração da fábrica de automóveis italiana FIAT estabelecem um acordo de princípio para acabar com a greve iniciada há 35 dias, a qual se iniciara como protesto contra a intenção da FIAT em despedir 24 000 operários ■ O presidente da ditadura sul-coreana, Chun Doo-Hwan, marca para o dia 22 deste mês um referendo sobre uma nova Constituição cozinhada pelo regime ■ O antigo primeiro-ministro britânico, James Callagham, anuncia a sua demissão do Partido Trabalhista, cedendo assim à direita do partido, decidida a instalar outro «moderado» na direcção trabalhista antes que novas regras de selecção de chefia, pretendidas pela esquerda, sejam elaboradas no princípio do próximo ano ■ O conflito entre o Irão e o Iraque volta ao Conselho de Segurança da ONU para um debate em que estava prevista a participação de delegados dos dois países.

16 Quinta-feira

1953 – Fidel Castro realiza a sua auto-defesa no julgamento do assalto a Moncada, «A História me absolverá».

Luigi Longo

Morre Luigi Longo, presidente do Partido Comunista Italiano, numa clínica de Roma e após prolongada doença; tinha 80 anos e era um dos últimos sobreviventes da fundação do PCI, em 1921 ■ O diário norte-americano «Washington Post» noticia que os EUA e os seus principais aliados concentraram 60 vasos de guerra na zona do Golfo Pérsico, alegando a «defesa da rota do petróleo» ■ A Junta que ocupa o poder em El Salvador assinala o 1.º aniversário do derrube do regime do general Carlos Romero anunciando um conjunto de «promessas», entre as quais a realização de eleições gerais em 1983; entretanto, nas passadas terça e quarta-feira, diversos recontros entre o Exército (subordinado à Junta, pró-americana) e as Forças Populares de Libertação causaram cerca de 150 mortos ■ O chefe do Estado-Maior militar do Uganda, brigadeiro David Dyite Ojok, afirma que terminaram os combates na região do Nilo ocidental, invadida na semana passada por restos do exército do ex-ditador Idi Amin ■ O «New York Times» revela que o plano de batalha do Iraque para a invasão do Irão foi elaborado com a ajuda da Inglaterra, por volta de 1950; o seu objectivo era a conquista do Kuzestão, rico em petróleo, seguida por um armistício em que o Irão cederia a província ao Iraque, tendo o plano sido actualizado por várias vezes ■ O edifício do Parlamento do Sri Lanka é isolado por soldados armados, enquanto os deputados se preparavam para debater se privarão dos direitos civis a antiga primeiro-ministro, sra. Sirimayo Bandaranaike, e um dos seus ministros ■ Intensifica-se a luta pela chefia do Partido Trabalhista britânico, na oposição, com Peter Shore, da ala esquerda, anunciando que se candidatará à eleição do próximo mês, em que votam apenas os membros do grupo parlamentar de «Labour», dominado pela direita.

17 Sexta-feira

1973 – A OPEP decide adoptar o embargo do fornecimento do petróleo árabe até que os territórios ocupados pelos israelitas sejam evacuados.

A Comissão Executiva da CEE reconhece que, embora a crise do petróleo se tenha feito sentir muito mais levemente do que fora propagandeado, o número de desempregados dos nove países da CEE ultrapassou, pela primeira vez, os sete milhões ■ Os presidentes da URSS, Leónidas Brejnev, e do Afeganistão, Babrak Karmal, assinam em Moscovo um acordo de cooperação ■ Travam-se escaramuças entre polícias e manifestantes quando centenas de estudantes sul-coreanos se concentram na Universidade pedindo a demissão do presidente Chun Doo-Hwan, constituindo a maior manifestção estudantil desde os motins de Seul e da capital provincial de Kwangju, em Maio passado.

18 Sábado

1812 – Os exércitos napoleónicos, derrotados, iniciam a retirada da Rússia.

Enquanto as notícias da frente de combate continuam confusas e às vezes contraditórias, o primeiro-ministro do Irão, Ali Rajai, afirma na ONU que o seu país está próximo de apresentar novas condições para a libertação dos reféns norte-americanos, sublinhando que a retirada dos aviões AWACS que os EUA estacionaram na Arábia Saudita (e que os iranianos acusam de estarem a ser utilizados a favor do Iraque) podia ajudar muito a uma decisão favorável à libertação dos reféns ■ Toma posse o governo italiano chefiado por Arnaldo Forlani, presidente da Democracia-Cristã; este é o 40.º governo da Itália do pós-guerra ■ Acompanhados de delegações de alto nível, o presidente da RP de Moçambique, Samora Machel, e o primeiro-ministro do Zimbabwé, Robert Mugabe, iniciam uma conferência na cidade de Quelimane.

19 Domingo

1976 – A Inglaterra, a França e os EUA vetam, no Conselho de Segurança da ONU, o embargo do fornecimento de armas e equipamento ao Governo racista da África do Sul.

Atentado frustrado

Guerrilheiros antigovernamentais fazem explodir uma bomba a menos de 50 metros do presidente das Filipinas, Ferdinand Marcos, numa sala de conferências onde este acabara de inaugurar um congresso de agentes americanos de viagem; o ditador saiu ileso e ninguém sofreu ferimentos graves ■ A Etiópia anunciou que tinha repelido tentativas de invasão do sul do país por tropas somalis ■ O Ministério dos NE da Polónia convoca diplomatas da RFA, EUA e Grã-Bretanha para lhes apresentar um protesto pelas tentativas de ingerência nos assuntos internos do país através de órgãos de informação ■ As autoridades iraquianas admitem que o conflito com o Irão se poderá prolongar por vários meses e prevêem que as hostilidades prosseguirão para lá do fim deste ano ■ O socialista francês Michel Rocard anuncia que se candidatará às eleições presidenciais de 1981 se o seu partido aprovar a decisão.

20 Segunda-feira

1977 – Golpe militar na Tailândia, que destitui o governo civil.

Termina a reunião dos ministros dos NE dos sete países membros do Pacto de Varsóvia, que decorreu na capital polaca, com um comunicado onde se salienta a necessidade de passos concretos para minorar a tensão internacional, aprofundar o desanuviamento, reforçar a cooperação europeia e mundial, suspender a corrida aos armamentos e melhorar as relações entre os Estados ■ O antigo primeiro-ministro do Sri Lanka, sra. Sirimayo Bandaranaike, admite que o governo do seu país agiu sob «influência estrangeira» ao privá-la de direitos políticos por sete anos ■ O Irão e o Iraque intensificam diligências diplomáticas com o objectivo de angariarem apoios, em vez de procurarem uma solução que ponha termo ao conflito armado que os opõe há já cinco semanas.

21 Terça-feira

1969 – Um golpe de Estado militar chefiado pelo general Siad Barre toma o poder na Somália.

A guerra irano-iraquiana aumenta de intensidade à volta das cidades de Abadan e Khorramchahr ■ Oitocentas pessoas são designadas para representar "a população da China" no julgamento do "bando dos quatro" ■ Pela segunda vez em dois dias, "refugiados" cubanos põem a saque o hospital psiquiátrico de St. Elisabeth, perto de Washington, onde estão internados "para observação" ■ Delegações da ONU e da África do Sul iniciam em Pretória nova série de negociações sobre a independência política da Namíbia, território ilegalmente ocupado pelos sul-africanos.

Guerra no Golfo
Quem defende a paz? Quem joga na guerra?

A cidade iraniana de Abadan continua a resistir ao cerco do exército iraquiano, enquanto a força aérea do Irão voltou a bombardear objectivos nos arredores de Bagdad. Assim, a guerra prossegue e tende mesmo a intensificar-se, falhadas as sucessivas tentativas de mediação, nomeadamente na ONU. As hipóteses mais actuais centram-se numa intervenção da Argélia, para levar os países árabes a negociar, e numa proposta de paz elaborada pela OLP.

Face a esta guerra – como todas, devastadora tanto em vidas humanas como a nível económico – perfilam-se de forma clara as posições díspares dos que defendem a paz e dos que apostam nos benefícios que o conflito lhes pode vir a trazer.

Na Argélia, por exemplo, a imprensa salienta particularmente a necessidade de unidade árabe e anti-imperialista, que o actual conflito atinge. A OLP repete os apelos para que se encontre numa solução por via negociada. Recentemente, o acordo assinado entre a Síria e a União Soviética surgiu como um contributo para o saneamento político na zona. «No plano internacional – afirmou Leonid Brejnev, quando da assinatura deste acordo – o Tratado sovieto-sírio destina-se a sanear a situação no Médio Oriente, e ao estabelecimento aí de uma paz autêntica e equitativa. O tratado não tem outro objectivo, não é dirigido contra terceiros. É um tratado em nome da paz, e não em nome da guerra». «A região do Golfo Pérsico – lembrou ainda Leonid Brejnev – como qualquer outra região do mundo é a esfera dos interesses vitais dos Estados aí situados e não de quaisquer outros Estados. Ninguém tem o direito de ingerir, do exterior, nos seus assuntos, de se apresentar no papel dos seus tutores ou de falsos «guardiões da ordem».

Nem todos, entretanto, pensam assim. Uma vez mais o presidente Carter afirmou a determinação dos Estados Unidos de manter aberto o Estreito de Ormuz, «por todos os meios necessários». «Temos uma importante força naval na região – declarou. Temos aviões de combate muito bons para cumprir este objectivo». Por outro lado o secretário de Estado norte-americano Muskie recusou a proposta do primeiro-ministro iraniano Rajai, de retirada dos aviões equipados com radar «Awacs» estacionados na Arábia Saudita, o que poderia também constituir uma ajuda para resolver a questão dos reféns. Por seu lado, a França deverá fornecer à Arábia Saudita seis barcos de guerra e helicópteros armados de mísseis. São factos que só podem agravar a situação na zona e correspondem a uma real ingerência em problemas já de si muito complexos.

Entretanto, a paz no Médio Oriente, hoje ainda mais ameaçada, continua a depender fundamentalmente da solução de questões fulcrais, solução que o actual conflito só pode vir atrasar a restituição aos povos árabes dos seus territórios, nomeadamente a parte oriental de Jerusalém, a constituição de uma pátria para os palestinianos.

O que explode no Soweto?

Soweto, a gigantesca cidade-satélite que alberga mais de um milhão de negros nos subúrbios de Joanesburgo, a capital racista da África do Sul, voltou esta semana a ser notícia. Ali voltaram a surgir "sabotagens" e "incidentes raciais" segundo a informação canalizada pelas agências noticiosas capitalistas ou se, se quiser chamar as coisas pelos seus nomes, ali irrompeu de novo o vigor da luta de um povo pela liberdade e o fim de uma tutela opressiva e irracional – o regime racista sul-africano.

A "sabotagem" – o primeiro incidente da semana, ocorrido no passado dia 15 – surgiu na sequência do anúncio (e imposição) da visita oficial do ministro da Cooperação e Desenvolvimento do governo racista, dr. Koornhof, ao Soweto, para receber as chaves da cidade, "como reconhecimento da sua contribuição à cidade do Soweto e a toda a comunidade negra". Tal decisão foi naturalmente considerada uma provocação e as reacções dos patriotas sul-africanos não se fizeram esperar: todas as lojas e todos os bancos no vasto conjunto de aldeamentos que compõem o Soweto ficaram fechados, correspondendo ao apelo da Federação das Mulheres da África do Sul e da Organização do Povo Azaniano (AZAPO), enquanto duas explosões destruiam parcialmente a linha de caminho de ferro que liga o "ghetto" a Joanesburgo e milhares de manifestantes procuravam convencer a população a não ir trabalhar para a capital racista nesse dia.

Os "incidentes raciais" surgiram quatro dias depois, a 19, quando organizações negras assinalavam por todo o país a "quarta-feira negra de 19 de Outubro de 1977", dia em que a repressão racista no Soweto fez mais de 500 mortos. Tais "incidentes" saldaram-se em lançamento de gases sobre manifestantes negros, cargas policiais até durante ofícios religiosos e na prisão de dezenas de pessoas.

Enquanto estes acontecimentos expressavam bem claramente a indomável coragem do povo sul-africano face ao racismo e assinalavam mais um alento na sua luta pela liberdade e pelo aniquilamento do regime opressor, duas delegações de alto nível chefiadas respectivamente por Samora Machel e Robert Mugabe encontravam-se na cidade moçambicana de Quelimane para estreitar e aprofundar a cooperação e ajuda mútua entre a RP de Moçambique e a República do Zimbabwé na sua luta comum contra o igualmente comum inimigo e agressor – o regime racista sul-africano, mentor das múltiplas agressões que procuram travar a consolidação da independência destes jovens países e o caminho de liberdade e progresso de toda a África Austral.

O regime racista sul-africano tem os dias contados. Está isolado na África e no mundo. Tem inimigos dentro e fora do seu território – e inimigos imbatíveis, por que são povos e nações inteiras em luta pela liberdade, a paz e o progresso. Contra uma minoria de abomináveis usurpadores e esclavagistas.

Giscard d'Estaing na China e a esperada convergência

Na véspera da chegada do presidente francês Giscard d'Estaing a Pequim, a China realizou uma explosão nuclear na atmosfera – 16 anos depois da primeira bomba atómica chinesa. Do acordo final entre a França e a China resultou a venda de duas potentes centrais nucleares francesas aos dirigentes de Pequim.

Os factos são estes e falam por si. A China reafirma como objectivo central o reforço do seu potencial armamentista. O mundo capitalista corresponde a tal ambição, ainda que tentando apresentá-lo como uma questão meramente comercial e mesmo – porque não? – pacífica. Para a China trata-se de fomentar e apoiar o anti-sovietismo e estabelecer as bases que correspondam às suas ambições hegemónicas. Para o mundo capitalista a questão é assegurar um aliado possível contra o mundo socialista e de apoio às suas posições a nível internacional. Objectivo comum: a luta contra a comunidade socialista, em particular contra a União Soviética, a manipulação, se possível, do movimento de libertação.

No discurso chinês, tudo isto é muito mais claro. Deng Xiaoping falou, sobretudo, da «unidade dos povos contra o hegemonismo» (soviético, entenda-se...). Zhao Ziyang gabou em particular as posições da França e da CEE em relação ao Médio Oriente, os esforços daquele país para «reforçar o potencial de defesa e promover a construção da Europa», as posições da França em relação a uma nova ordem económica internacional, talhada, como é óbvio, pelo figurino que interessa à CEE. O tom foi posto numa Europa capitalista forte e na «solidariedade» que deve ser «reforçada entre todos os países e povos amantes da justiça (...) para enfrentar e combater eficazmente os actos de agressão e de expansão» (uma vez mais a «solidariedade» contra a União Soviética).

Embora as posições face à problemática internacional assumam evidentes pontos de contacto, nem tudo são coincidências. Há algumas semanas a agência «Nova China» criticou abertamente as posições de Giscard d'Estaing em Bona, relativas a uma Europa forte. Preocupações com uma escalada armamentista no velho continente? Claro que não. A China pensa que «é muito perigoso para a Europa Ocidental trocar a sua independência face aos Estados Unidos por um desanuviamento permanente com a União Soviética». Por seu lado, a França, nos contactos agora realizados em Pequim, tentou associar mais directamente a China às iniciativas «ocidentais» quanto à «solução» de questões como as que afectam o Médio Oriente, o Kampucheia ou o Afeganistão.

Em resumo: objectivos comuns. Algumas divergências nos meios. De qualquer modo, seguindo no fundamental o caminho obrigatório dos que entram pelas vias do anti-sovietismo e, de facto, do anticomunismo.

Poder Popular – uma tarefa de hoje em Angola

No penúltimo fim-de-semana foram apresentados à população angolana, em comícios realizados no final das conferências eleitorais, os primeiros deputados às Assembleias Populares provinciais de Angola. Este um importante processo de institucionalização dos órgãos de poder popular que culminará a 11 de Novembro, com a proclamação da Assembleia Nacional do Povo.

São múltiplos os problemas que o povo angolano actualmente defronta. O Comité Central do MPLA-Partido do Trabalho, na sua última reunião extraordinária, definiu como preocupante a situação económica e financeira do país e salientou a baixa produção e produtividade. A par do peso de problemas como os reflexos da crise geral do capitalismo no país e as permanentes agressões por parte da África do Sul, a reunião extraordinária do MPLA-Partido do Trabalho concluiu que o aparelho de Estado é demasiado pesado e burocrático e — tendo como objectivo central resolver os problemas do povo — decidiu encarregar os órgãos executivos do CC de procederem à revisão das estruturas do governo e fazerem as alterações que a presente situação económico-financeira impõe.

A resposta do povo angolano a estes problemas é a institucionalização do poder popular, a criação da Assembleia do Povo — em síntese, o empenhamento de todos para a superação das dificuldades que todos defrontam. Em Editorial, o «Jornal de Angola» destacou recentemente que «a reformulação das orientações económicas e sociais da República Popular de Angola a realizar pelo Primeiro Congresso Extraordinário do MPLA-Partido do Trabalho permitirá, através de planos plurianuais do quinquénio 1981-1985, um salto qualitativo na materialização da solução dos problemas do povo». O Congresso Extraordinário deverá realizar-se de 4 a 10 de Dezembro. A 11 de Novembro será proclamada a Assembleia Nacional. Dos sucessos e erros destes últimos anos tiram-se experiências preciosas e dão-se passos decisivos para um futuro melhor para todo o povo angolano.

Desenvolvimento e reunificação, questões centrais na Coreia democrática

No passado dia 10 de Outubro, a República Democrática e Popular da Coreia viveu dois importantes acontecimentos: o VI Congresso do Partido do Trabalho da Coreia e as celebrações do 35.º aniversário deste partido. Dois factos marcantes, festejados nas ruas de Pyongyang com a alegria e o carácter de massas só possível onde se constrói uma sociedade à medida do povo trabalhador, e com o seu apoio.

Em entrevista concedida à televisão da Coreia Democrática, o camarada Sérgio Vilarigues, que encabeçou a nossa delegação àquele país, destacou exactamente o carácter inequivocamente popular de uma "manifestação de cor e alegria pela realização do VI Congresso do PTC e do 35.º aniversário da sua fundação, pelas vitórias alcançadas e o dever cumprido na realização das tarefas". Mas não só. "A manifestação foi também – afirmou ainda Sérgio Vilarigues – na nossa opinião, a história viva do caminho percorrido, da luta e actividade prática em todos os domínios da vida do heróico povo coreano, que, sob a direcção do seu partido revolucionário superiormente dirigido pelo camarada Kim Il Sung, libertou a Coreia do jugo do imperialismo japonês, encetou a construção do socialismo, derrotou e expulsou os invasores imperialistas norte-americanos, transformou a Coreia, de um país atrasado, num país socialista avançado".

Uma creche que é exemplo de uma política

A delegação portuguesa teve oportunidade de visitar uma creche-jardim infantil da capital, que pode justamente ilustrar a política social da Coreia Democrática. Quinhentas crianças numa área de 12 mil metros quadrados; 30 educadoras com curso superior; 90 auxiliares com curso médio; 10 médicos. Um comboio de tamanho natural para as crianças brincarem. Uma infinidade de brinquedos. Espaços verdes. Um ensino diversificado, incluindo música, ginástica, pequenas representações teatrais. Uma alimentação criteriosamente estudada.

Aqui, como em todas as escolas do país, da creche à universidade tudo é gratuito, incluindo a alimentação. Tudo o que respeita à saúde é gratuito – e não será por acaso que a esperança média de vida atingiu hoje os 73 anos, o que corresponde a um aumento de 35 anos em relação ao período de antes da libertação. Não há impostos.

Estas importantes realizações no domínio da política social assentam, como é evidente, nos êxitos do domínio da economia. O plano de 6 anos de desenvolvimento da economia nacional definido pelo V Congresso do PTC foi realizado um ano e quatro meses antes do termo no que respeita à produção industrial e dois anos no que se refere à produção cerealífera. Na indústria, os progressos têm sido muito rápidos: de 1970 a 1979, o crescimento anual da produção industrial foi de 15,9%.

As perspectivas hoje traçadas são ainda mais ambiciosas: assentar as bases materiais e técnicas para a construção do socialismo, o que significa que, quando no fim dos anos 80 os objectivos propostos sejam atingidos, a produção industrial será multiplicada por 3,1 em relação ao momento actual e a Coreia Democrática produzirá em 8 horas o que em 1946 produzia ao longo de todo um ano.

Reunificação — questão central

"A reunificação da pátria, aspiração nacional suprema do povo coreano, é a mais importante das tarefas revolucionárias que incumbem ao nosso Partido" – afirma-se no relatório do CC apresentado ao Congresso. É este também o profundo sentir popular. É normal ouvir-se da boca dos habitantes da Coreia Democrática: "Não teremos verdadeira alegria enquanto não conseguirmos a reunificação". Este sentimento, generalizado, fortalece a determinação numa luta difícil.

Avaliando as novas propostas da República Democrática e Popular da Coreia para a reunificação, o camarada Sérgio Vilarigues afirmou à televisão em Pyongyang: "Considero a análise feita ao problema da reunificação da Coreia e solução apresentada como um autêntico programa revolucionário de luta realista e certamente de um alcance político extraordinário que não deixará de alegrar todas as forças progressistas e amantes da paz no mundo e, ao mesmo tempo, provocar a perturbação entre os imperialistas norte-americanos e seus satélites que aspiram a perpetuar a divisão da pátria coreana.

"A proposta da criação de uma República Confederal, com um governo nacional unificado onde o Norte e o Sul tomariam parte num pé de igualdade, com os mesmos direitos e os mesmos deveres, sem imposição de um regime de uma parte à outra, vai certamente ter enorme repercursão em todo o mundo e galvanizar ainda mais o espírito de luta das massas populares da parte Sul da Coreia pela reunificação da pátria e atrair a simpatia, a solidariedade e apoio das forças progressistas de todo o mundo à nobre causa da reunificação da Coreia".

A delegação portuguesa esteve na zona desmilitarizada. Uma zona perfeitamente dividida em duas partes. A do Norte cultivada com arroz. A do Sul só com mato. Um pequeno pormenor? Talvez. Mas um pormenor que traduz o empenhamento do Norte na produção, na paz, a convicção de um povo que luta pelo seu futuro. Um pormenor que traduz a desolação que se vive no Sul, ocupado de facto pelo imperialismo norte-americano.

Sérgio Vilarigues à sua chegada à Coreia do Norte

Em vésperas de Madrid negociar o desarmamento é problema premente

NO dia 11 de Novembro deverão iniciar-se em Madrid os trabalhos da Conferência sobre a Segurança e a Cooperação na Europa. Pode assim justamente afirmar-se que estamos em vésperas de uma das mais importantes reuniões de alto nível para o reforço e preservação da paz, hoje particularmente ameaçada pela corrida aos armamentos lançada pelo imperialismo.

NA reunião dos ministros de Negócios Estrangeiros dos Estados do Pacto de Varsóvia, que se iniciou dia 19 em Varsóvia, reunião destinada a examinar os problemas relativos aos preparativos da Conferência de Madrid e à convocação de uma Conferência sobre o desanuviamento militar e o desarmamento na Europa, destacou-se o carácter positivo que assumiria a criação, em Madrid, de uma plataforma de negociações sobre o desanuviamento militar e o desarmamento. Não são estes entretanto, e manifestamente, os objectivos de outros países que se preparam para Madrid insistindo na pretensão de transformar a Conferência numa reunião objectivamente anticomunista e anti-soviética. Como recentemente realçou o presidente soviético Leonid Brejnev numa reunião com o presidente da Ocidental Petroleum Corp., impõe-se o contacto construtivo entre os Estados Unidos e a União Soviética, particularmente no domínio da redução dos armamentos, «antes que seja demasiado tarde».

APESAR de uma política, por parte do imperialismo, de aberta hostilidade a iniciativas de paz, foi recentemente possível a assinatura de um acordo parcial, em Genebra, pelo qual será proíbido o emprego de todo o tipo de armas incendiárias contra pessoas e alvos civis ou contra instalações militares localizadas em zonas povoadas. Este protocolo proibirá, igualmente, quando entrar em vigor, os ataques a florestas e sementeiras. A meta a atingir, quando o tratado for revisto, é um acordo sobre a completa proibição de armas não nucleares «particularmente cruéis», que incluem, por exemplo, as armas de fragmentação, as minas e armadilhas terrestres.

PROSSEGUE, entretanto, a corrida aos armamentos. Há cerca de três anos o presidente norte-americano Carter anunciou que os Estados Unidos renunciariam à produção em série do bombardeiro estratégico B-1. Essa medida foi então divulgada pela imprensa dos EUA como um gesto unilateral contra a corrida aos armamentos. Na verdade, os ensaios continuaram e o B-1 pode actualmente ser construído em série a qualquer momento. Simultaneamente foi aprovado um programa de modernização do bombardeiro B-52, e do seu equipamento com mísseis cruzeiro de longo alcance. Existem projectos de adaptação de aviões de passageiros e aviões militares para transporte de mísseis. Foi criado um fundo especial para criação de um bombardeiro estratégico de concepção nova. Esta a forma como o Pentágono entende a política de «paz»: a corrida aos armamentos para basear posições de força.

Luigi Longo uma vida de luta

Luigi Longo, presidente do Partido Comunista Italiano, morreu no dia 16, numa clínica de Roma, com 80 anos de idade.

Filho de pequenos agricultores de Piemonte, Longo aderiu ao Partido Socialista em 1920, participando então no movimento operário de ocupação das fábricas de Turim. Dois anos mais tarde participou, com António Gramsci e Palmiro Togliatti, na fundação do Partido Comunista. Esteve então presente, como delegado, no IV Congresso da Internacional Comunista, o último presidido por Lenine.

Preso cinco vezes pelo regime de Mussolini, deixou o país, vivendo alguns anos no estrangeiro, onde continuou a desenvolver actividade revolucionária como militante do PCI. De 1933 a 1935 esteve na União Soviética, onde representou o PCI na Internacional Comunista e fez parte da Comissão Política do Komintern. Colaborou na formação das Brigadas Internacionais que combateram na guerra civil de Espanha e tomou parte na defesa de Madrid. Em 1939, nas vésperas da declaração da guerra, foi preso e internado no campo de Vernet e extraditado para Itália em 1941.

Em 1943 foi libertado, depois do armistício em Itália. Em 1946 é eleito membro da Assembleia Constituinte e posteriormente foi também eleito para o Parlamento. Ocupou o cargo de secretário-geral do PCI de 1964 a 1972.

O Partido Comunista Português esteve representado no funeral de Luigi Longo, por Joaquim Gomes, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central.

Condolências do PCP

O Secretariado do CC do PCP, logo que teve conhecimento da morte do camarada Luigi Longo, enviou ao Comité Central do Partido Comunista Italiano o seguinte telegrama de pesar:

«Queridos Camaradas:

Foi com profunda dor que os comunistas portugueses receberam a notícia da morte do camarada Luigi Longo, Presidente do Partido Comunista Italiano.

A morte de Luigi Longo, grande figura de patriota e de internacionalista, cuja vida esteve inteiramente consagrada à causa da classe operária e do povo de Itália, à luta contra o fascismo, pela paz, pela libertação dos povos, representa uma enorme perda para o Partido Comunista Italiano e a classe operária italiana, para o movimento comunista e revolucionário mundial.

Nesta hora de luto expressamo-vos, queridos camaradas, a nossa fraternal solidariedade».

Lisboa, 16 de Outubro de 1980

TARRAFAL

Retrato de corpo inteiro do fascismo

O interesse dos velhos militantes antifascistas ao recordarem o Tarrafal é precisamente lembrarem o que foi o fascismo, mostrarem à juventude de hoje os crimes que ele cometeu, alertar as gerações presentes para que, na nossa Pátria, fascismo nunca mais!

Quem assim fala é um velho militante antifascista que passou no Campo de Concentração do Tarrafal mais de 16 anos.
Chama-se João Faria Borda e integrou a primeira leva de 152 presos políticos que foi «inaugurar» o Campo da Morte Lenta da ditadura fascista. O barco em cujos porões esses homens viajaram – o navio «Luanda» – deixou Lisboa na madrugada de 18 de Outubro de 1936, e depois de escalar Funchal e Angra do Heroísmo (onde foram embarcados mais presos políticos antifascistas) aportou à ilha de Santiago no dia 29 de Outubro. Faz agora 44 anos. E João Faria Borda, como a esmagadora maioria dos presos que inauguraram o Tarrafal, era um jovem – tinha pouco mais de 20 anos.

Lembrar o Tarrafal é lembrar o fascismo e, hoje, lembrar o fascismo é um grito de alerta – são as palavras que outro dos combatentes antifascistas que «inaugurou» o Campo de Concentração encontra para definir a importância da memória do Tarrafal. Era também um jovem nessa altura, quando embarcou em Angra do Heroísmo, nos mesmos porões do navio «Luanda», juntamente com alguns destacados militantes revolucionários, como Bento Gonçalves, secretário-geral do PCP.

O seu nome é Sérgio Vilarigues e é hoje membro da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP. A juventude predominava, como se disse, entre os presos do Tarrafal. **É esse um dos factos que explica que não tenham sido mais os que sucubiram ao terror do Campo de Morte Lenta** – sublinha, aliás, Sérgio Vilarigues, a este respeito. 23 dos antifascistas que ao princípio da tarde de 29 de Outubro de 1936 chegaram ao Tarrafal, morreram lentamente naquele campo de morte e os seus restos mortais, só depois do 25 de Abril, foram trasladados para Portugal.
Muitos, no entanto, sobreviveram, e continuaram a lutar até à queda do fascismo.
E continuam a lutar para que, no nosso País, o Tarrafal seja apenas uma memória de resistência e nunca mais uma realidade contra a qual os jovens de hoje – tal como a juventude de há quarenta e cinquenta anos – tenham que lutar.

Para lá destes torreões, neste campo onde o fascismo lançava, lentamente, a morte, também se semeavam as sementes da resistência

Pela madrugada de 18 de Outubro de 1936

Pela madrugada de 18 de Outubro de 1936 saíram da Penitenciária de Lisboa trinta e quatro marinheiros. Éramos considerados como os mais responsáveis pela revolta dos navios de guerra **Afonso de Albuquerque, Bartolomeu Dias** e **Dão.**

Meteram-nos em carros celulares que, pela cidade adormecida e em silêncio, seguiram até ao cais da Rocha do Conde de Óbidos, onde havia grande concentração guerreira de carros de assalto da Polícia de Segurança Pública e da Guarda Nacional Republicana. Agentes da polícia política dirigiam as operações.

Ouvíamos motores, vozes de comando. Atracado aos cais estava o **Luanda** que nos iria levar. Deram-nos ordem para formarmos em fila indiana e dirigimo-nos para o navio, em silêncio, naquela angústia de quem vive momentos decisivos que sempre nos marcam; aquela angústia de quem vai por caminho com portas que se fecham nas nossas costas e por onde não poderemos voltar a passar. Então, no frio da manhã e em nós, ficou a vibrar uma voz de mulher:

– Adeus, Josué! Não te esqueças de escrever!

Seguia a bordo uma força da Guarda Nacional Republicana, comandada por um tenente; um pequeno destacamento de marinheiros, postado junto à ponte de comando e uma brigada da Polícia de Vigilância e de Defesa do Estado, dirigida pelo chefe de brigada Gomes da Silva.

Connosco seguiam presos de Caxias, do Aljube, de Peniche, alguns portugueses residentes em Espanha. Tinham sido expatriados por suspeita de simpatia pelos republicanos.

Confraternizámos. As canções revolucionárias surgiram naturalmente. Pelo que éramos e para nos encorajarmos naqueles porões de vigias tapadas, a cheirar à tinha do cavername e onde abafávamos. Mas logo nos gritaram do convés:

– Ou se calam já ou mando montar mangueiras com água a ferver!

Comandava a força da GNR o tenente Adelino Soares, a quem tinham dito ser preciso ter mão firme, pois iria guardar perigosos cadastrados. E durante a viagem provocou-nos e insultou-nos tentando intimidar-nos.

– Se for preciso, estoiro-lhes os miolos!

No Funchal, o velho cargueiro embarcou camponeses destinados à prisão de Angra do Heroísmo. Eram culpados pela greve dos lacticínios, da luta travada contra o preço arbitrário do leite e a sua entrega total exigida pelos senhores industriais do Grémio.

A 23 de Outubro, numa manhã húmida, aportámos à Ilha Terceira. A muralha da fortaleza estava negra e coberta de musgo. Os presos foram saindo das casamatas e formaram diante dos portões ainda fechados. Na frente, de armas aperradas, as praças da GNR, comandadas pelo tenente, muito hirto e duro:

– Garanto-lhes que não hesitarei em os fuzilar a todos se, a bordo, durante a viagem, notar o mais pequeno sinal de insubordinação.

E porque notou num preso uma expressão que lhe pareceu de riso, avançou para ele e esbofeteou-o.

Entre os presos embarcados em Angra do Heroísmo encontravam-se Bento Gonçalves, secretário-geral do Partido Comunista Português, e Mário Castelhano, dirigente anarquista.

Connosco embarcara também o capitão Manuel Martins dos Reis. Iríamos conhecê-lo mais tarde. Abandonara a direcção da Fortaleza de São João Baptista por ter sido nomeado director do Campo do Tarrafal.

O rumo era agora Cabo Verde e as provocações do tenente continuavam. Chegou a agredir com um pontapé um camarada que se encontrava no topo da escada do porão e que foi cair em baixo. Decidimos constituir uma comissão de três ex-marinheiros conhecidos do Comandante de Bandeira para lhe falarem de vários problemas e entre eles o comportamento do tenente da Guarda.

Uma das nossas reivindicações, até ali sempre recusada, era o recreio no convés. Garantíamos que tudo se iria dar em perfeita ordem, pois éramos homens conscientes e responsáveis. E nos últimos seis dias de viagem vínhamos, por turnos, respirar o ar livre do mar. É certo que longe dos portos de escala já não lhes parecíamos tão perigosos.

Quanto ao tenente, deixámos de o ver. Já no Tarrafal, procurou aproximar-se de nós. Elogiáva-nos e tentava ser agradável. Confessava-se arrependido.

– Tinham-me dito tantas coisas a vosso respeito! Pensei estar a lidar com verdadeiros criminosos e inimigos da Pátria.

Não, não éramos inimigos da Pátria, nós, os marinheiros do 8 de Setembro, os militantes do 18 de Janeiro. Nem Mário Castelhano! Nem Bento Gonçalves!

Não nos considerou como criminosos o comandante Soares de Oliveira. Agradeceu-nos a maneira como nos tínhamos comportado a bordo. Ao desembarcarmos saudou em especial os marinheiros e vimos que estava comovido.

Pelo começo da tarde de 29 de Outubro de 1936, o **Luanda** ancorou na pequena baía do Tarrafal.

Depois de onze dias de viagem, em que nem por um momento as metralhadoras deixaram de estar apontadas para nós, prontas a disparar à primeira ordem, começou a chamada para o desembarque.

Fomos para terra em embarcações com cabo-verdianos aos remos e logo formámos a dois e dois para percorrermos, debaixo de escolta, os três quilómetros até ao Campo.

Pelo caminho, pedregoso e poeirento, encontrámos a gente de Cabo Verde, esfarrapada e faminta, a olhar-nos surpreendida. Juntava-se para nos ver passar. Éramos terríveis criminosos e havia ordens rigorosas para impedir qualquer contacto connosco. Mas apesar de tudo conseguimos comprar-lhes laranjas com que matámos a sede.

Causava-nos tristeza a paisagem. Aqui e além, ao longo do caminho, viam-se pequenas e fracas purgueiras, árvores frequentes na ilha. E pelas encostas dos montes espalhavam-se, negras e miseráveis, as palhotas sempre a fumegar pelos telhados de junco. Perto, magríssimos, pastavam burros e cabras.

Em volta do Campo não se avistava casa, apenas as barracas que serviam de dormitório aos guardas e, um pouco mais afastadas, as casernas dos militares que tinham a seu cargo a guarda exterior do Campo.

Quando chegámos, a vedação era o arame farpado preso a uns toscos troncos com cerca de dois metros de altura, mais tarde substituídos por tubos de ferro. O Campo era um rectângulo de duzentos por cento e cinquenta metros. Víamos o mar, a pequena aldeia de Chambão, toda a Achada Grande. Ano e meio depois da nossa chegada a vedação que, na opinião dos carcereiros, não oferecia bastante segurança, foi reforçada com um fosso.

Abriu-se uma vala com três metros de profundidade, de corte em V e da terra que dali se tirou fez-se um talude com a mesma altura a cercar o Campo. O isolamento era agora completo.

Por cima do talude passava uma estreita vereda, que os soldados angolanos, de arma ao ombro, constantemente percorriam. A cada canto construiu-se uma rotunda em cimento, muralhada, para que, se necessário fosse, servisse de trincheira aos soldados e guardas e ali se colocassem metralhadoras. A porta de acesso ao Campo tinha um torreão de cada lado, em cimento armado, de frente curva, rasgada por duas ordens paralelas de seteiras de combate. Mais tarde ficaram unidas por uma passarela, também com parapeitos, munida de um reflector que, de noite, pudesse iluminar o Campo. Externamente, adquiriu assim o aspecto que manteve até ao encerramento. Internamente, houve muitas alterações.

Chegados ao Campo, passados os portões de arame farpado, logo fomos divididos em grupos de doze. Cada grupo ocupou a sua barraca de lona, montadas antes da nossa chegada. Cada barraca assentava em estrados de madeira.

Distribuiram-nos uma cama de ferro, tipo quartel, um colchão de palha, dois lençóis, uma fronha, uma manta de algodão, dois pratos de esmalte, um púcaro, um garfo, uma colher, de que éramos responsáveis pela boa conservação.

— Quem estragar paga!

E porque ainda não tinham chegado os nossos fardamentos de presidiários, fomos autorizados a usar a roupa e o calçado que trazíamos. Só mais tarde nos distribuiram dois fatos de caqui, duas camisas, dois pares de cuecas, um chapéu de palha e umas botas. Não nos deram peúgas, nem toalhas, nem muitas outras coisas.

Com o tempo, os toldos das barracas foram apodrecendo. O vento encheu-os de rasgões. Em noites de chuva tínhamos de desarrumar as camas para nos defendermos da água que caía nas barracas. Só muito mais tarde foram construídos alojamentos em pedra e cal, com telhados de fibrocimento.

A cozinha era um telheiro. A retrete, quátro paredes de pedra solta, sem telhado, com cinco buracos no chão por onde se enfiavam outros tantos latões. Não existia ainda a enfermaria, nem posto médico, nem refeitório. E como nas barracas só havia espaço para as camas, comíamos ao ar livre, em rústicas mesas de pinho. E como também não existia balneário, o banho era tomado cá fora, com um litro de água, porque esta era uma das grandes carências de que padecíamos.

Não havia luz eléctrica. A iluminação fazia-se com **petromax** colocados em certos pontos do acampamento, junto da cerca de arame farpado. As barracas não tinham luz. Não podíamos ler, não podíamos escrever. Os carcereiros proibiam-nos de andar à noite pelo Campo. A falta de electricidade só tinha para nós uma vantagem. Como os guardas não se aproximavam das barracas durante a noite, estávamos à vontade para as nossas reuniões, quando camaradas mais cultos nos falavam de problemas políticos e da história das lutas do proletariado.

De noite, mais nos pesava o Campo, os clarões dos **petromax** os brados das sentinelas landins, o vento soprando por vezes com violência redobrada durante a estação seca que vai de Novembro a Julho. Os ferros entortavam, partiam-se, rangiam toda a noite. Arrastava poeiras que entravam por toda a parte e tudo sujavam. A lona rasgava-se.

E quando deitados ouvíamos os uivos do vento ou a chuva e nos pesava o desconforto e a solidão, chegavam as recordações de quanto tínhamos deixado tão longe. Porém sempre a luta trouxe sacrifícios e tínhamos de fazer frente às ameaças de Manuel dos Reis.

— Quem entra por aquele portão perde todos os direitos e só tem deveres a cumprir.

(extraído de «Tarrafal – testemunhos»)

A frigideira matava

A frigideira era uma caixa de cimento, construída perto do aquartelamento dos soldados angolanos. Tinha uma forma rectangular. O tecto era uma espessa placa de betão. Uma parede dividia-a interiormente em duas celas quase quadradas. Tinha cada uma delas a sua porta de ferro, perfurada em baixo com cinco orifícios onde mal se podia enfiar um dedo.

Era assim a frigideira que matava

Por cima, junto ao tecto, havia um postigo gradeado em forma de meia lua com menos de cinquenta centímetros de largura por uns trinta de altura.

Estava exposta ao sol de manhã à noite. Lá dentro era um forno. Aquela prisão merecia o nome que lhe tínhamos dado.

O sol batia na porta de ferro e o calor ia-se tornando sempre mais difícil de suportar. Íamos tirando a roupa, mas o suor corria incessantemente.

A frigideira teria capacidade para dois ou três presos por cela. Chegámos a ser doze numa área de nove metros quadrados.

A luz e o ar entravam com muita dificuldade pelos buracos na porta e em cima pela abertura junto ao tecto.

Quatro passos era o percurso de uma parede a outra. Dentro havia uma constante penumbra. A porta, quando se abria ou fechava rangia, e aquele rangido repercutia pelas paredes rebocadas a cimento.

A água que nos davam para beber nunca chegava. Traziam-na de manhã numa pequena bilha de lata e talvez não chegasse a uns quatro litros. Se éramos mais de dois não bastava para compensar os líquidos perdidos com o calor e sofríamos constantemente a sede.

A comida que nos forneciam era um pão. Em dias alternados apresentavam uma sopa rala.

Lavarmo-nos era impossível e ao fim de poucas horas o cheiro a suor repugnava.

O latão que servia de urinol e de pia estava destapado e só de manhã o podíamos despejar. Espalhava-se pela cela um cheiro pestilencial misturado com o das substâncias amoniacais da urina que nos faziam arder os olhos.

Quando éramos muitos a respiração condensava-se no tecto e caíam gotas de água, mas não representavam um alívio e sim um tormento mais. Íamos de rastos até à porta para respirar o ar mais fresco que entrava pelos buracos. Abafávamos.

De noite era a praga dos mosquitos, o chão de cimento como cama, onde maldosamente tinham espalhado uma leve camada de areia que se incrustava na pele. E era também o frio, um frio que nos punha a tiritar, pois o cacimbo, depois do pôr do Sol, arrefecia o bloco de cimento.

Vinha o silêncio e, se estávamos sozinhos, apenas ouvíamos a chuva e o correr das águas da ribeira para o mar, os batuques, noite fora, das danças cabo-verdianas, os brados das sentinelas, os sons dos animais que pastavam.

Pela manhã, abriam-nos a porta e chegava o guarda com o pão para todo o dia e a água para despejar na bilha que já tínhamos. Depois era o momento de ir despejar o latão.

(...) Pouco depois de o Sol nascer já o ar se tornava abafado, irrespirável. Despíamos a roupa e estendíamo-la no cimento para nela nos deitarmos.

O Sol ia erguendo-se sobre o horizonte e o calor aumentava, aumentava e suávamos, suávamos. Sentíamos sede, batíamos na porta a pedir água, mas não tínhamos resposta. A água da bilha não tardava em ficar quente. Havia momentos em que a sede era tanta que passávamos a língua pela parede por onde escorriam as gotas da nossa respiração que ali se condensava.

Os dias pareciam infindáveis. Suspirávamos pela noite, pois o frio nos era mais fácil de suportar.

Mas ao entardecer também a sede aumentava. A excessiva transpiração não era devidamente compensada.

A frigideira matava. (...)

(Extraído de "Tarrafal – Testemunhos")

Solidariedade com as crianças da República da Guiné-Bissau

"Um lápis, ou caderno, ou caneta para as crianças da Guiné-Bissau", este o lema de uma campanha de solidariedade que está a decorrer no nosso país por iniciativa da Associação de Amizade de Portugal com aquela nação africana.

Os donativos devem ser entregues na sede daquela organização, Rua Artilharia Um, 105, 1.º, 1000 Lisboa (telefone: 686023), com o máximo de brevidade, uma vez que os materiais recolhidos destinam-se em especial ao novo ano lectivo que agora começou.

Como salienta a Associação, "todo o material escolar é útil" e representa a solidariedade dos democratas portugueses com as crianças da República da Guiné-Bissau, "as flores da nossa luta – a razão principal do nosso combate", como disse Amílcar Cabral.

Sérgio Vilarigues na Polónia

A convite do CC do POUP, visitou a Polónia de 16 a 19 de Outubro, Sérgio Vilarigues, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP.

Sérgio Vilarigues teve conversações no CC do POUP com Kazimieez Barcikowaski, membro do Bureau Político e Secretário do CC, Emil Wojtaszek, membro suplente do Bureau Político e Secretário do CC, durante as quais foram trocadas opiniões sobre a actividade dos dois partidos e dada informação sobre a situação na Polónia e em Portugal.

Durante a sua estadia em Gdansk, Sérgio Vilarigues encontrou-se com o primeiro Secretário do Comité da Província — Tadeusz Fisbach.

No decurso das conversações, Sérgio Vilarigues tomou conhecimento dos prolemas económicos, da política social e do trabalho ideológico do POUP.

A visita do camarada Sérgio Vilarigues contribuiu para o reforço das relações de amizade e cooperação entre o POUP e o PCP.

Delegação do PCP na URSS

A convite do Comité Central do PCUS visitou a URSS, entre 14 e 21 de Outubro, uma delegação de estudo do Partido Comunista Português sobre problemas ligados à habitação e urbanismo, dirigida por Fernando Vicente, membro suplente do CC.

Em Moscovo, a delegação do PCP foi recebida pelo Secretariado do Comité Urbano do PCUS naquela cidade. Teve ainda encontros de trabalho com a Direcção Geral do Planeamento, bem como com o arquitecto-director do Planeamento de Moscovo, e visitou alguns dos novos bairros da cidade, tendo oportunidade de assistir à entrada dos primeiros habitantes da ex-Aldeia Olímpica.

A delegação deslocou-se à República Socialista Soviética da Lituânia, onde visitou as cidades de Vilnius, a capital, e de Kaunus. Em Vilnius, foi recebida pelo Secretariado do respectivo Comité do Partido e pelos responsáveis deste pelos problemas da habitação e urbanismo. Ao visitar a parte antiga da cidade, construída no século XIV, tomou conhecimento dos problemas da sua recuperação. Teve também ocasião de verificar as novas condições de habitação e de vida no campo, através da visita a um kolkoz.

A delegação do PCP, cuja visita se efectuou no quadro das fraternais relações de amizade e cooperação existentes entre o PCP e o PCUS, teve oportunidade de contactar directamente com os êxitos alcançados na construção do socialismo avançado na União Soviética, em particular no campo da habitação e urbanismo, cujos problemas se encontram em vias de solução definitiva.

Delegação do PC Búlgaro esteve em Portugal

Entre 13 e 17 de Outubro visitou Portugal, a convite do Comité Central do Partido Comunista Português, uma delegação do Partido Comunista Búlgaro composta por Peter Balevski, membro do Comité Central e 1.º Secretário do Comité do partido da região de Lovetch, Peter Petrov, colaborador do CC e Kiril Koczaliev, da Secção Internacional do CC.

Durante a sua estadia em Portugal, a delegação búlgara foi recebida por Álvaro Cunhal, Secretário-Geral do PCP, e encontrou-se com uma delegação do PCP composta por Carlos Costa, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC, Luís Sá, director da revista «Poder Local» e Graça Filipe, da Secção Internacional, e ainda com Albano Nunes, membro do CC e responsável da Secção Internacional.

A delegação do PCB teve encontros de trabalho com delegações das organizações regionais do PCP de Setúbal, Évora, Montemor-o-Novo e Vila Franca de Xira.

Através dos contactos e das visitas efectuadas a numerosas realizações municipais, a delegação búlgara teve oportunidade de conhecer mais directamente a realidade portuguesa e em particular aspectos da actividade e experiências de trabalho do PCP nas autarquias locais.

Esta visita teve lugar no quadro das relações de amizade e cooperação fraternal existentes entre o PCP e o PCB, contribuindo para o reforço destas.

Telegrama a Kim Il Sung

Assinado por Álvaro Cunhal, o PCP enviou ao camarada Kim Il Sung, secretário-geral do Partido do Trabalho da Coreia, o seguinte telegrama:

"Saudando a sua reeleição como secretário-geral do Comité Central do Partido do Trabalho da Coreia, e desejando aos comunistas e a todo o povo coreano os maiores êxitos na luta pela reunificação pacífica da vossa pátria e na construção do socialismo, reafirmo-lhe os votos dos comunistas portugueses para que se reforcem os laços fraternais entre o Partido Comunista Português e o Partido do Trabalho da Coreia, na base dos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário."

Reunião em Berlim

Albano Nunes, membro do CC e responsável da Secção Internacional do Partido Comunista Português, encontra-se em Berlim, capital da RDA, a fim de aí representar o PCP na Conferência Científica Internacional subordinada ao tema "A luta comum do movimento operário e do movimento de libertação nacional contra o imperialismo, pelo progresso social", a decorrer entre 20 e 24 de Outubro.

REVISTA INTERNACIONAL
N.º 7/JULHO 1980
À VENDA EM TODO O PAÍS

edições Avante!
CADERNOS DE INICIAÇÃO AO MARXISMO LENINISMO